



UNIVERSIDADE DO ESTADO DA BAHIA-UNEB
DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO CAMPUS I
COLEGIADO DE CIÊNCIAS SOCIAIS

LAÍS CRISTINA DOS SANTOS BRITO

**O PROTAGONISMO DAS MULHERES NEGRAS NAS POLÍTICAS DE AÇÕES
AFIRMATIVAS NO BRASIL: NARRATIVAS E MEMÓRIAS DE IVETE ALVES
SACRAMENTO**

Salvador

2024

LAÍS CRISTINA DOS SANTOS BRITO

**O PROTAGONISMO DAS MULHERES NEGRAS NAS POLÍTICAS DE AÇÕES
AFIRMATIVAS NO BRASIL: NARRATIVAS E MEMÓRIAS DE IVETE ALVES
SACRAMENTO**

Monografia de conclusão de curso apresentada ao Departamento de Educação Campus I da Universidade do Estado da Bahia, como parte dos requisitos para obtenção do título de Licenciatura em Ciências Sociais.

Orientadora: Prof.^a: Dr.^a. Carla Liane Nascimento Santos

Co-orientador: Prof. Dr. Carlos Eduardo Carvalho de Santana

Salvador

2024

Dedico a minha mãe, Maria Rita.
(in memoriam)

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente a Deus e aos orixás, por ter me sustentado espiritualmente, intelectualmente, fisicamente nessa fase de estudos e dedicação.

A minha família, in memoriam a minha mãe Maria Rita, que me inspirou nesses anos de estudos, incentivando a não desistir de alcançar meus objetivos.

Ao meu pai Reginaldo, pelo apoio e incentivo, sempre será o meu herói.

A minha tia Elenice por estar ao meu lado em todas as fases da minha vida.

Agradeço a todos e todas que colaboraram em todo esse processo de estudos, e amigades que construir ao longo dos anos na UNEB, em especial as minhas amigas Renata, Solange, Simone e Carol.

A minha orientadora Professora Carla Liane, por ser companheira e não ter soltado a minha mão nesse percurso intenso. Ao meu Coorientador Professor Carlos que aceitou me auxiliar nesse projeto, e me ajudou bastante a alavancar a minha pesquisa.

E a todos (as) professores e funcionários do DEDC – I que fizeram parte da minha formação acadêmica.

Meus sinceros agradecimentos à professora Ivete Sacramento que gentilmente me recebeu em seu gabinete, e com ternura e comprometimento me concedeu a entrevista.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 -Cotistas ingressantes – Cursos de Graduação UNEB (2015 a 2019)	32
Figura 2 - Cotistas ingressantes – Cursos de Graduação UNEB (2020 a 2024)	32
Figura 3 - Carta (anônima)	39

RESUMO

Este Trabalho de Conclusão de Curso tem por objetivo analisar o papel das Mulheres Negras para a conquista das Ações Afirmativas no Brasil. Para tanto, contextualiza o papel do movimento negro brasileiro na luta por direitos e equidade para a população negra considerando o legado histórico de discriminação e preconceito racial dirigidos a esse segmento. Nesse cenário, situa o Protagonismo das lideranças femininas na disputa e conquista das ações afirmativas na educação superior, como forma de promover a discriminação positiva nas políticas públicas educacionais. A Universidade do Estado da Bahia é o lócus de pesquisa, tendo por colaboradora a primeira Reitora Mulher e Negra desta universidade, Prof.^a Ivete Alves do Sacramento. O desenho metodológico utilizou da pesquisa do tipo aplicada com abordagem de cunho qualitativo, tendo característica descritiva e estratégia para produção de dados a narrativa autobiográfica, a pesquisa bibliográfica e documental. O instrumento utilizado para a produção das informações foi o roteiro biográfico e a técnica para análise dos dados utilizada foi a análise narrativa. Como produto educacional a pesquisa gerou uma entrevista da primeira reitora negra do Brasil que protagonizou a aprovação do sistema de cotas raciais de forma pioneira na UNEB.

Palavras-chave: Mulheres Negras; Ações Afirmativas; Educação.

ABSTRATC

This Final Paper aims to analyze the role of Black Women in the achievement of Affirmative Actions in Brazil. To this end, it contextualizes the role of the Brazilian black movement in the struggle for rights and equity for the black population, considering the historical legacy of discrimination and racial prejudice directed at this segment. In this scenario, it situates the protagonism of female leaders in the dispute and achievement of affirmative actions in higher education, as way to promote positive discrimination in public educational policies. The State University of Bahia is the locus of research, with the first Woman and Black Rector of this university, Prof. Ivete Alves do Sacramento, as collaborator. The methodological design used applied research with a qualitative approach, with a descriptive characteristic and strategy for data production, the autobiographical narrative, bibliographic and documentary research. The instrument used for the production of information was the biographical script and the technique for data analysis was the narrative analysis. As an educational product, the research generated an interview of the first black female dean in Brazil, who played a leading role in the approval of the racial quota system, in a pioneering way at UNEB.

Keywords: Black women; AffirmativeAction; Education.

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	8
2 METODOLOGIA DA INVESTIGAÇÃO	10
3 MOVIMENTO NEGRO NO BRASIL E NA BAHIA.....	12
3.1 PROTAGONISMO FEMININO NEGRO NA BAHIA	19
4 AÇÕES AFIRMATIVAS NA EDUCAÇÃO SUPERIOR	28
4.1 A UNEB- PIONEIRISMO	28
5 IVETE SACRAMENTO- VIVÊNCIA DE UMA MULHER NEGRA ERESILIENTE	34
5.1 QUEM É IVETE SACRAMENTO?.....	34
5.2 INSERÇÃO NA EDUCAÇÃO- CAMINHOS TRAÇADOS.....	34
5.3 EDUCAÇÃO SUPERIOR- COMO SE TORNOU LIDERANÇA.....	35
5.4 LIDERANÇA POLÍTICA- MOVIMENTO SOCIAL	36
5.5 IMPLEMENTAÇÃO DO SISTEMA DE COTAS- UNEB.....	37
5.6 ATUAL TRAJETÓRIA – SECRETARIA DA REPARAÇÃO	40
6 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	41
REFERÊNCIAS	43
APÊNDICE A - ROTEIRO DE ENTREVISTA	46
ANEXO A – ENTREVISTA COM IVETE SACRAMENTO	47

1 INTRODUÇÃO

A presente pesquisa discorre acerca dos movimentos sociais no Brasil com ênfase no papel do movimento negro, partindo da atuação das Mulheres Negras na composição do movimento Negro organizado, para além falarei das políticas de ações afirmativas trazendo o pioneirismo da Universidade do Estado da Bahia. Para além, uma entrevista com a professora Ivete Sacramento, a fim de contextualizar a pesquisa.

A partir dessa discussão, visio neste trabalho discutir a luta dos movimentos sociais, partindo das trajetórias de importantes Mulheres Negras que contribuíram e contribuem para historicidade da cultura negra afro-brasileira e o papel da mulher negra para a educação. Tendo como problemática a forma de como se deu o Protagonismo negro de Ivete Sacramento e quais impactos para as políticas públicas do Estado? E seguindo o objetivo geral da pesquisa descrever a história dos movimentos sociais no Brasil enfatizando a trajetória do movimento negro e os objetivos específicos, analisar o papel das Mulheres Negras na disputa e conquista de políticas educacionais e discorrer acerca das ações afirmativas na educação superior, e descrever a trajetória da primeira reitora mulher e negra na Universidade do Estado da Bahia, responsável pela implementação das políticas de cotas raciais na educação superior na Bahia- Ivete Sacramento.

Visando também em pesquisas acerca da trajetória de Mulheres Negras e suas políticas públicas para a educação superior, buscando informações sobre todo percurso de mulheres que construíram o idealismo desse Protagonismo negro que compreendemos hoje. Tendo em vista o problema social que se relaciona com a inserção dessas mulheres em nossa sociedade.

Desde o início da minha pesquisa, sempre houve um interesse pessoal acerca da temática. Esse interesse iniciou-se por influência da minha mãe, quando ainda adolescente comecei a frequentar a UNEB para fazer cursos gratuitos que eram oferecidos à comunidade do entorno. Lembro-me o quanto fiquei deslumbrada com o tamanho do local e a imensidão de oportunidades que a universidade poderia proporcionar.

A motivação para estudar sobre feminismo de Mulheres Negras e ações afirmativas, teve mais influência quando descobrir que a UNEB teve uma reitora negra. Tive a oportunidade de conhecer Ivete Sacramento ainda na minha infância, quando através de um dos cursos que fazia apresentei na reitoria junto com outros jovens na reitoria uma apresentação de Natal.

Em 2015 ingressei na UNEB no curso de Licenciatura em Ciências Sociais, também por influência da minha mãe. Durante a formação do curso escolhi então elaborar o meu trabalho de conclusão com o assunto feminismo negro, e dessa forma poderia estudar sobre a primeira

reitora negra do Brasil. Para minha alegria e satisfação pude conhecê-la e entrevistá-la. Como foi apresentado neste presente trabalho.

A perspectiva em torno na mulher negra na sociedade era ocupar um lugar de excluídos e impedidos de desfrutarem de qualquer benefício social, marcados pela cor que os diferenciava e discriminava da raça dominante. Gonzalez diz sobre o desenvolvimento econômico brasileiro: desigual e combinado manteve a força de trabalho (negra) na condição de massa marginal (em termos de capitalismo industrial monopolista) e de exército de reserva (em termos de capitalismo industrial) competitivo, satelizado pelo setor hegemônico do monopólio (Gonzalez, 2008, p. 32).

Os capítulos que seguem foram organizados a partir dos seguintes tópicos: O segundo capítulo é sobre a historicidade do movimento negro no Brasil e Bahia e feminismo negro, partindo da perspectiva do seu conceito e atuações nas áreas das Ciências Humanas e Sociais, também trabalharei com o Protagonismo Feminino Negro na Bahia, trazendo histórias de algumas Mulheres Negras da Bahia que contribuiu para o desenvolvimento da educação na Bahia. O terceiro capítulo aborda sobre as políticas de ações afirmativas para educação superior, abordarei a historicidade da implementação do sistema de cotas na Universidade do Estado da Bahia. O quarto capítulo apresento uma entrevista com a professora Ivete Sacramento, visando trazer para discussão e reflexão sobre a sua vivência e liderança da vida política e no âmbito da educação superior e seus impactos nas políticas públicas. Sobre os recursos metodológicos, se caracteriza através da pesquisa qualitativa que se baseia em documentos legais, indicadores IBGE, Censo Educação. Utilizei tipo de pesquisa exploratória descritiva, contendo um roteiro biográfico, foi realizado uma entrevista com trajetória de vida de Ivete Sacramento. Será utilizado também através dos dados coletados durante a entrevista em vídeo, o método de análise de conteúdo constitui-se em um conjunto de técnicas utilizadas na análise de dados qualitativos. O texto é concluído com as considerações finais.

2 METODOLOGIA DA INVESTIGAÇÃO

O recurso metodológico da pesquisa é tipo exploratória e descritiva. Contendo um roteiro biográfico sendo realizado uma entrevista com a professora Ivete Sacramento sobre a sua inserção na educação superior.

A natureza do trabalho baseia-se de forma qualitativa em documentos legais para a construção da historicidade em primeiro momento dos movimentos sociais e feminismo negro, visando compreender o processo de construção da cultura e identidade da mulher negra na sociedade.

Deste modo, a utilização da abordagem qualitativa permitiu descrever, sobretudo, o Protagonismo de Mulheres Negras na educação, bem como, a significância e identitária nesse universo.

A pesquisa qualitativa é aquela que trabalha com o universo de significados, motivos, aspirações, crenças, valores e atitudes, o que corresponde a um espaço mais profundo das relações, dos processos e dos fenômenos que não podem ser reduzidos à operacionalização de variáveis.

Segundo Minayo (2001) A diferença entre qualitativo-quantitativo é de natureza. Enquanto cientistas sociais que trabalham com estatística apreendem dos fenômenos apenas a região "visível, ecológica, morfológica e concreta", a abordagem qualitativa aprofunda-se no mundo dos significados das ações e relações humanas, um lado não perceptível e não captável em equações, médias e estatísticas.

Com base no meu curso em Ciências Sociais, utilizei o trabalho de campo como referência realização de entrevista, como possibilidade de aproximação com meu objeto de estudo e conhecimento. Assim, o trabalho de campo deve estar ligado a uma vontade e a uma identificação com o tema a ser estudado, permitindo uma melhor realização da pesquisa proposta. Conforme Fraser e Gondim (2004, p. 140), a entrevista: “[...] permite atingir um nível de compreensão da realidade humana que se torna acessível por meio de discursos, apropriada para investigações cujo objetivo é conhecer como as pessoas percebem o mundo”.

Foi realizada entrevista com a professora Ivete Sacramento, onde realizei o papel de mediadora, com roteiro previamente elaborado sobre questões relacionados a educação, e a sua atuação.

A entrevista semi dirigida ou semiestruturada foi aplicada a partir de algumas questões e tópicos pré-determinados, o que possibilitou a formulação de outras questões durante a escrita do trabalho, as questões previamente formuladas foram:

- Inserção a na Educação – Caminhos Traçados;
- Liderança Política- Movimento Negro;
- Educação Superior – Como se tornou liderança;
- Implementação do Sistema de Cotas- UNEB;
- Atual trajetória – Secretaria da Reparação.

As entrevistas foram gravadas em vídeo pelo celular por meio do aplicativo gravador, posteriormente foram feitas as transcrições dos áudios. A partir destas transcrições, foram elaboradas sínteses das falas.

Geralmente a entrevista é indicada para buscar informações sobre opinião, concepções, expectativas, percepções sobre objetos ou fatos ou ainda para complementar informação sobre fatos ocorridos que não puderam ser observados pelo pesquisador, como acontecimentos históricos ou em pesquisa sobre história de vida, sempre lembrando que as informações coletadas são versões sobre fatos ou acontecimentos (Manzini, 2004, p. 74).

Para uma melhor compreensão referente a professora entrevistada, as narrativas foram analisadas por um referencial teórico que contém teorias que contemplam o tema dessa pesquisa. Ressalto que essa pesquisa é fruto da investigação social, acerca da temática Mulheres Negras e seu Protagonismo no âmbito do ensino superior, visando a UNEB, e seu pioneirismo na implementação das ações afirmativas.

Através dos dados coletados durante a entrevista em vídeo, utilizarei o método de análise de conteúdo, que se constitui em um conjunto de técnicas utilizadas na análise de dados qualitativos. O método de análise de conteúdo foi sistematizado na primeira metade do século XX e a princípio foi importante ferramenta na busca dos sentidos dos artigos e propagandas da imprensa escrita nos Estados Unidos, sendo hoje um método amplamente utilizado em pesquisas científicas. A principal pretensão da análise de conteúdo é vislumbrada na possibilidade de fornecer técnicas precisas e objetivas que sejam suficientes para garantir a descoberta do verdadeiro significado.

Bardin (2010) define a análise de conteúdo como “um conjunto de técnicas de análise das comunicações que utiliza procedimentos sistemáticos e objetivos de descrição dos conteúdos das mensagens”. Essa metodologia beneficia o campo da investigação social por meio da interação entre teoria e prática.

Dessa forma, utilizarei a análise de conteúdos das respostas dadas pela entrevistada como suporte e contribuição da minha pesquisa e assim evidenciar melhor os dados coletados.

3 MOVIMENTO NEGRO NO BRASIL E NA BAHIA

Início a sessão fazendo um breve recorte da historicidade dos Movimentos Sociais no Brasil, seus conceitos/definições e características. Movimentos Sociais são ações coletivas de caráter sociopolítico, construídas por atores sociais pertencentes a diferentes classes e camadas sociais. Eles politizam suas demandas e criam um campo político de força social na sociedade civil. As ações desenvolvem um processo social e político-cultural que cria uma identidade coletiva ao movimento, a partir de interesses em comum. Essa identidade decorre da força do princípio da solidariedade e é construída a partir da base referencial de valores culturais e políticos compartilhados pelo grupo.

Até o início do século XX, o conceito de movimentos sociais contemplava apenas a organização e a ação dos trabalhadores em sindicatos. Com a progressiva delimitação desse campo de estudo pelas Ciências Sociais, principalmente a partir da década de 60, as definições, embora ainda permanecessem imprecisas, assumiram uma consistência teórica, principalmente na obra de Alain Touraine, para quem os movimentos sociais seriam o próprio objeto da Sociologia.

A revisão do conceito de movimentos sociais de alguma maneira foi realizada pelo próprio Touraine (2003), a partir de uma distinção que propõe para evitar chamar de movimentos sociais qualquer tipo de ação coletiva, de grupos de interesse ou de instrumentos de pressão política. Nessa empresa, o autor procura diferenciar os movimentos sociais, culturais e históricos, o que se apresenta como um sintoma da dificuldade de relacionar os fenômenos que se apresentam como ação coletiva e a sua apreensão pela teoria.

Segundo a autora Maria da Glória Gohn (2000), em relação aos movimentos sociais devemos estabelecer algumas diferenças importantes. Uma primeira é entre movimentos e grupos de interesses. Interesses comuns de um grupo é um componente de um movimento, mas componente não suficiente para caracterizá-lo como tal. Primeiro a autora em sua obra 500 anos de lutas sociais no Brasil: movimentos sociais, ONGs e terceiro setor, enfatiza que a ação de um grupo de pessoas tem que ser qualificada por uma série de parâmetros para ser um movimento social. Este grupo tem que ser formado um coletivo social e, para tanto, necessita ter uma identidade em comum. É notável que em pesquisar na internet observamos que esse conceito já é posto em movimentos sociais, que seria caracterizado por um determinado agrupamento de pessoas que lutam ou têm identidade comum ou ideologias iguais.

Uma segunda diferença seria quanto ao uso ampliado da expressão ao se designar a ação histórica de grupos sociais, tais como o movimento da classe trabalhadora. Trata-se de

uma categoria da dialética, a de movimento, em oposição á estática. Esta diferença possibilita demarcar dois sentidos para o termo movimento: um ampliado e geral outro restrito e específico. Uma terceira diferença deve ser feita entre modos de ação coletiva e movimento social propriamente. Um protesto (pacífico ou não), uma rebelião, uma invasão, uma luta armada, são modos de estruturação de ações coletivas; poderão ser estratégias de ação de um movimento social, mas sozinhos não são movimentos sociais. Uma quarta diferença refere-se à esfera onde ocorre a ação coletiva. Trata-se de um espaço não-institucionalizado, nem na esfera pública nem na esfera privada.

Os anos de 1945 e 1964 entraram para a história como a fase do regime político populista e houve algumas lutas e movimentos sociais. A conjuntura de redemocratização do país, aliada a um cenário internacional de desenvolvimento da sociedade de consumo, e a política da Guerra Fria entre as então potências mundiais (Estados Unidos e URSS - a ex-União das Repúblicas Socialistas Soviéticas) criaram espaços favoráveis aos projetos nacionalistas de desenvolvimento nacional. O Estado altera suas políticas e passa a criar condições para a instalação de indústrias multinacionais no país. Inicialmente, desenvolve políticas para o setor de energia, cria a Petrobrás; estradas, silos, armazéns, portos e usinas hidrelétricas são patrocinados pelo Estado.

Gohn (2000) Com o regime militar no poder, a esquerda partiu para a luta armada e seus principais líderes foram mortos nos embates das "guerrilhas". As camadas médias da população brasileira se expandiram e se locupletaram com as benesses que o regime lhes oferecia: expansão do ensino superior (pago), acesso ao consumo de bens industrializados, principalmente a linha branca doméstica, os televisores e os carros. Criou-se um banco para financiar a casa própria: o Banco Nacional da Habitação (BNH). O setor da educação também se mobilizou e surgiram várias associações e uniões de trabalhadores do ensino (tanto do antigo 1º e 2º graus, como do ensino universitário). O ciclo de greves dos trabalhadores declina após a reforma que pôs fim ao bipartidarismo no país com a retomada do processo eleitoral em âmbito estadual. Os trabalhadores recriam suas centrais sindicais a partir da Associação Nacional de Movimentos Populares e Sindicais (ANAMPOs). Surge a Confederação Geral dos Trabalhadores (CGT) e a Central Única dos Trabalhadores (CUT).

O ano de 1984 foi um marco na história sociopolítica do Brasil com o movimento Diretas Já. Foi à declaração de morte do regime militar. Mas as eleições diretas para presidente da República só vieram a acontecer em 1989. Entre 1984 e 1988 o país se mobilizou por uma nova Constituição. Os movimentos sociais que emergiram na cena política, desde o final dos anos 70, conseguiram inscrever em leis, comodireitos, várias reivindicações. Foram

conquistas sociais de trabalhadores, mulheres, índios, menores e cidadãos até então considerados de “segunda categoria”.

Durante século XX tendo como principais centros de mobilização as cidades de São Paulo e Rio de Janeiro, os movimentos sociais afro-brasileiros começam a trilhar novos caminhos a partir de meados dos anos 1910, numa tentativa de lutar pela cidadania recém-adquirida e evoluir para organizações de âmbito. Nas Ciências Sociais, atualmente os movimentos sociais são apresentados e conceituados nas formas de movimentos sociais, novos movimentos sociais e novíssimos movimentos sociais. No plano teórico-conceitual, quando alguém se refere a movimentos sociais, deve estar se referindo a um movimento provocado por fatores econômicos, cujas demandas são endereçadas ao Estado, a quem cabe responder à demanda do movimento na forma de ações localizadas ou execução de políticas públicas. Nesta perspectiva, os movimentos sociais seriam aqueles em que a mobilização de sujeitos ocorre mediante as referências da luta de classes e da consciência de classe, ou seja, tanto a demanda, quanto os sujeitos são constituídos por causas e fatores relacionados à conquista ou manutenção de benefícios e direitos referentes à dimensão econômica da vida. O melhor exemplo para este tipo de movimento continua sendo o movimento sindical (Vieira, 2015, p. 18-19).

A primeira grande manifestação neste sentido é o surgimento da imprensa negra paulista, cujo primeiro jornal, O Menelick, começa a circular em 1915. Sendo A Rua (1916), O Alfinete (1918), A Liberdade (1919), A Sentinela (1920), O Getulino e o Clarim d’Alvorada (1924). Esta onda perdura até 1963, quando foi fechado o Correio d’Ébano. Estes jornais possuíam como característica principal, o fato de não se envolverem na cobertura dos grandes acontecimentos nacionais.

Outro fato importante durante as conquistas do povo negro, foi a criação do Teatro Experimental do Negro (TEN) é fundado em 13 de outubro de 1944, no Rio de Janeiro, por iniciativa do economista e ator Abdias do Nascimento, com o apoio de amigos e intelectuais brasileiros. A proposta de ação da companhia é reabilitar e valorizar socialmente a herança cultural, a identidade e a dignidade do afro-brasileiro por meio da educação, da cultura e da arte.

Em dezembro de 1944, o grupo faz uma participação especial em uma cena da peça Palmares, da poetisa Stella Leonardos, representada pelo Teatro do Estudante do Brasil (TEB). Por intermédio do escritor Aníbal Machado, o TEN consegue o empréstimo dos salões e do restaurante da sede da União Nacional dos Estudantes (UNE), e o espaço é utilizado no período noturno, após o término das atividades da entidade estudantil, para a realização de ensaios e atividades culturais. O TEN elabora um trabalho alternativo de educação direcionado à população negra e oferece programas de alfabetização e iniciação cultural. A

criação de um curso de alfabetização surge pela dificuldade dos atores em memorizar e decorar o texto, e as aulas de iniciação cultural utilizam as peças teatrais como principal material pedagógico.

No dia 16 de setembro de 1931 em São Paulo uma das maiores entidades negras do século XX: a Frente Negra Brasileira. A Frente Negra foi um movimento social que ajudou muito nas lutas pelas posições do negro, vinha na esteira de diversas entidades que se formaram no início do século passado. Sua missão era a de integrar o povo afrodescendentes à sociedade. Autodenominada “órgão político e social da raça”, a Frente atingiu dimensões inusitadas, chegando, inclusive, a tornar-se partido político. O decreto de 1937 assinado por Getúlio Vargas, que colocava na ilegalidade todos os partidos políticos, acabou ocasionando sua extinção. Segundo Jéferson Bacelar (1996, p. 157):

As ideias da Frente Negra chegam a Salvador através de Marcos Rodrigues dos Santos e é criada a Frente Negra na Bahia entre julho e novembro de 1934, já Thales de Azevedo afirma no livro *As elites de cor*: “em novembro de 1932 um grupo de menos de dez modestos homens de cor, quase todos pretos, fundava a Frente Negra na Bahia.

O movimento negro pode ser entendido como:

[...] a luta dos negros na perspectiva de resolver seus problemas na sociedade abrangente, em particular os provenientes dos preconceitos e das discriminações raciais, que os marginalizam no mercado de trabalho, no sistema educacional, político, social e cultural. Para o movimento negro, a ‘raça’, e, por conseguinte, a identidade étnico-racial, é utilizada não só como elemento de mobilização, mas também de mediação das reivindicações políticas. Em outras palavras, para o movimento negro, a ‘raça’ é o fator determinante de organização dos negros em torno de um projeto comum de ação (Domingues, 2007, p. 102).

O movimento negro é como definimos o conjunto de movimentos sociais que atuam no combate ao racismo e na defesa da igualdade racial, buscando melhorias para a população negra. A história do movimento negro no Brasil é relacionada diretamente com a luta dos negros contra o racismo e teve início no país ainda no período da colonização, na resistência contra a escravidão. Após a abolição, o movimento negro foi fundamental no combate ao racismo e em diversas conquistas, como na transformação do racismo em crime. Este movimento agrega uma série de organizações de diferentes campos políticos e ideológicos, que lutaram em suas esferas por políticas de reconhecimento.

Na obra *História das mulheres: feminismo e política na Bahia*, a historiadora Claudia Andrade Vieira (2015) descreve as lutas feministas pelo acesso à cidadania liderada por Edith Mendes da Gama e Abreu, presidenta da Federação Baiana pelo Progresso Feminino, no início

do século XX. O novo papel social feminino, como

formadora de cidadãs e cidadãos, promoveu a ascensão da autoridade das mulheres, que passam a possuir uma função essencial para o desenvolvimento da nação, conferindo a elas poder diante dos homens. Posteriormente, este discurso sobre a "natureza feminina", que circunscreveu a mulher ao espaço doméstico, foi resinificado por parte das mulheres e utilizado para fundamentar sua atuação em atividades públicas que estariam em acordo com esta "natureza", como a filantropia, a enfermagem e o magistério.

O ano de 1975 como o marco de reaparecimento de organizações feministas no Brasil. E no ano de 1978 é criado o Movimento Negro Unificado (MNU), em São Paulo, como reação à discriminação sofrida por quatro atletas negros no Clube Tietê e à morte de um trabalhador negro, Robson Silveira da Luz, devido a torturas policiais. O primeiro ato público do MNU ocorreu em 7 de julho de 1978, em frente ao Teatro Municipal, em São Paulo. O MNU reivindica melhores condições de vida, denuncia o racismo e as dificuldades encontradas pelos negros no acesso ao mercado de trabalho, a violência policial e o desemprego.

O movimento negro organizado se dá através da mobilização em torno da criação do MNU, na Bahia, a expressão do sentimento da retomada de uma organização negra se dá no carnaval de 1975 quando Os Black Power¹ - Bloco Afro Ilê Aiyê subverte a partir da sua presença, através de uma plasticidade estética marcadamente africana, que para o “bem ou para o mal”, roubou a cena e atraiu para si a atenção da Polícia Militar, que escolta o bloco durante o desfile momesco, mobilização que se intensifica com a fundação quatro anos depois do MNU – Movimento Negro Unificado- na Bahia, uma frente nacional de combate ao racismo.

A suposta igualdade dentro dos movimentos negro e feminista levou as mulheres negras a lutarem por suas especificidades, o que gerou conflitos isso ainda durante as décadas de 70 e 80.

Para Carneiro (2003), a trajetória das mulheres negras no interior do movimento feminista nacional revelando a insuficiência prático-teórica e política do feminismo para integrar as diferentes expressões de sociedades multirraciais e pluriculturais é o que se pode entender como o princípio de “enegrecer o feminismo”. A questão de gênero das mulheres negras e indígenas possui demandas que não podem ser tratadas exclusivamente pela categoria gênero se não levarem em conta suas especificidades. Por isso, o combate ao racismo é prioritário para as mulheres negras, na medida em que o racismo produziu gêneros inferiorizados no tocante aos homens negros, e às mulheres negras em relação à mulher branca.

¹ Black Power – Movimento Negro que tem início nos Estados Unidos e se expande em todo o mundo, sendo mais proeminente nos anos 60 e início dos anos 70.

Foi justamente reclamando a ausência do debate racial no interior das práticas políticas feministas que as mulheres negras conseguiram se inserir, antes inclusive que os homens negros, no sistema político institucional através da participação de duas mulheres junto ao Conselho Estadual da Condição Feminina (CECF) no Estado de São Paulo em 1983, e, posteriormente, também obtendo assento junto ao Conselho Nacional dos Direitos das Mulheres (CNDM).

A entrada das mulheres negras no CECF de São Paulo e, em seguida, no CNDM, abrindo espaços de participação institucional, propiciou o início de um processo de consolidação de um movimento autônomo de mulheres negras. As disputas políticas entre mulheres negras, mulheres brancas e homens negros já haviam deixado clara a necessidade de se pensar gênero e raça de maneira conjunta, pois o cruzamento dessas duas variáveis mostrava de maneira inequívoca o lugar ocupado pelas mulheres negras na pirâmide social. Esse processo de consolidação de uma perspectiva feminista negra vai tomando mais corpo e maior legitimidade política a partir dos embates travados entre as mulheres negras e brancas no Encontro Feminista realizado em Bertiooga, ocorrido no ano de 1985, e as consequências mais óbvias desses embates são a entrada de vez na cena pública brasileira do sujeito político mulheres negras e a luta pelo processo de autonomização e inserção política do Movimento de Mulheres Negras brasileiro, culminando com a realização do I Encontro Nacional de Mulheres Negras, em Valença, em 1988.

Segundo Ribeiro (1995) Esse encontro foi severamente criticado por setores dos movimentos negro e feminista, que acusavam as mulheres negras de promoverem um “racha” nos movimentos sociais. No entanto, a autora destaca que se tratava antes da busca por um referencial próprio para as mulheres negras, apoiado numa dupla militância no movimento negro e feminista, mas sem estar subordinado à pauta de nenhum dos dois movimentos.

Destaco que com o início dos movimentos sociais abriu-se caminhos a inserção das mulheres negras na consolidação em ocupar espaços de poder na sociedade. No livro “Quem tem medo do feminismo negro?”, a autora Djamila, evidencia a sua trajetória nessa inserção tendo como base a educação em casa, influência do seu pai, e principalmente em estudar sobre outras mulheres negras já consolidadas, tais como, Patrícia Hill Collins, Léila Gonzalez, Sueli Carneiro, entre outras. Ajudou a compreender o universo em que mulheres negras passavam, silenciadas pela branquitude, preconceito, racismo e sexismo.

É imprescindível que se leia autoras negras, respeitando suas produções de conhecimento e se permitindo pensar o mundo por outras lentes e geografias da razão. É um convite para um mundo no qual diferenças não

signifiquem desigualdades. Um mundo onde existam outras possibilidades de existência que não sejam marcadas pela violência do silenciamento e da negação. Queremos coexistir, de modo a construir novas bases sociais. No fim, nossa busca é pelo alargamento do conceito humanidade. Ao perder o medo do feminismo negro, as pessoas privilegiadas perceberão que nossa luta é essencial e urgente, pois enquanto nós, mulheres negras, seguirmos sendo alvo de constantes ataques, a humanidade toda corre perigo (Ribeiro, 2018, p. 27.)

Dessa forma, concluo esse capítulo enaltecendo que a luta dos movimentos sociais na Bahia gerou uma vasta iniciativa para as inovações nas esferas sociais e públicas, principalmente no segmento da educação. Os movimentos sociais visam se empoderar por meio de organizações em rede se transformam e assume novas demandas localizadas no âmbito da sociedade civil.

Existem inúmeras organizações, fundações, associações, movimento, criados para promover o desenvolvimento socioeconômico e institucional do país, impedir a degradação social e defender os direitos civis e atuar em áreas onde o Estado é incipiente, principalmente referente a população negra.

O movimento negro feminista se apresenta para a sociedade, e, mas particularmente para a mulher negra brasileira, diferentes formas de organização da família, da comunidade e da sociedade de uma perspectiva africana, na qual a mulher exerce papéis diferentes dos que até aqui nos tinham sido atribuídos e apresentados como papéis femininos negros, conhecimento construído por dentro do movimento negro. O cenário do enfrentamento ao racismo, que atinge diferentemente homens e mulheres, porém as mulheres negras atingem conjugado ao machismo, e por dentro do movimento feminista buscam desconstruir o discurso hegemônico.

Foi através do movimento negro feminista que mulheres negras e rainhas africanas tiveram suas contribuições históricas na formação da civilização da humanidade e são apresentadas ao Brasil, exemplos como Cleópatra, a Nsinga, mulheres guerreiras denominadas Candaces, que viveram e desempenharam papéis importantes antes mesmo da era cristã, Maria Filipa, Maria Firmina, Olga de Alaketu, Menininha do Gantois, Mãe Aninha, Mãe Senhora, Mãe Hilda Jitolu, Mãe Stela de Oxossi, Lelia Gonzalez, Neuza dos Santos Souza, Maria de Lourdes Siqueira, Ana Célia da Silva, Conceição Evaristo, mulheres africanas e mulheres negras brasileiras.

É por essa perspectiva que considero fundamental pesquisar o impacto de uma educação afirmativa na trajetória de vida de Mulheres Negras, a retomada da história dos movimentos negros em vários momentos históricos no contexto onde ações educativas são

geradas e como essas ações contribuem para o surgimento do percurso de resistência às relações de opressão, e a educação como ação estratégica de superação das dificuldades de viver e estar na sociedade brasileira herdeira do colonialismo escravista.

3.1 PROTAGONISMO FEMININO NEGRO NA BAHIA

Acredito ser muito importante iniciar a sessão trazendo sobre Léila Gonzalez e sua trajetória de vida e ativismo feminino negro. Como nos mostra a biografia escrita pelo antropólogo Alex Ratts (2010), Léila Gonzalez (1935-1994) nasceu em Belo Horizonte, em 1935, mas fez sua carreira política e acadêmica no Rio de Janeiro, onde teve larga experiência docente, tanto na educação básica, quanto no ensino superior. Formada em História e Filosofia, possuía pós-graduação em Comunicação e Antropologia, chegando a concluir, também, os cursos livres em Sociologia e Psicanálise. Militante do movimento negro, foi uma das fundadoras do Movimento Negro Unificado e participou ativamente do conselho Diretor da Sociedade Internacional para o Desenvolvimento. Foi fundadora do Nzinga – Coletivo de Mulheres negras e editora da revista Mulherio, participando ativamente da fundação do Olodum em Salvador e do Instituto de Pesquisas das Culturas Negras (IPCN).

Léila Gonzalez integrou o Conselho Nacional dos Direitos da Mulher (CNDM) e, junto com outras ativistas como Sueli Carneiro e Luiza Bairros trouxeram para o feminismo brasileiro críticas que se tornariam fundamentais para o movimento. Nos anos 1980, ao trazer para o feminismo as demandas das Mulheres Negras e denunciar a falta de representatividade destas nos espaços de deliberação, Léila Gonzalez e suas companheiras de militância se depararam com uma série de dificuldades também retratadas pelas feministas negras norte-americanas, entre elas, Ângela Davis, Patrícia Hill Collins e bell Hooks.

Pesquisar sobre a trajetória de Mulheres Negras é fazer uma recuperação dessas histórias, uma reinterpretação a partir de uma nova estrutura teórica que vem sendo construída a partir de paradigmas tradicionais. Dessa forma, revelando-se novos conceitos de enfrentamento ao racismo, ao sexismo e opressões vividas pelas Mulheres Negras. São dimensões contextualizadas e analisadas através de uma perspectiva interseccional, categoria fundamental para compreendermos a contribuição do feminismo negro para o pensamento sociológico contemporâneo. O conceito de interseccionalidade tem sido atual nas pesquisas que se propõem a estudar diversidade e as desigualdades existentes entre os sujeitos marcados no mínimo por dois ou mais eixos de opressão. E as ciências humanas e sociais veem-se debruçando a superar essas antinomias de abordagens conceituais e interdisciplinares.

Em “Racismo e Sexismo na Cultura Brasileira” (1980), Lélia Gonzalez desenvolveu importantes análises sobre as origens das representações existentes sobre as Mulheres Negras no Brasil, identificando o mito da democracia racial como a grande neurose nacional. Lélia Gonzalez irá analisar as representações sobre a mulher negra que predominam na nossa cultura, observando a recorrência de dois estereótipos que estruturam e retroalimentam o mito da democracia racial: a mulata e a mãe preta.

Entre outras Mulheres Negras, Lélia está em destaque em sua grande contribuição e trajetória de vida. A mulher negra sofre, herdados desde um passado colonial, até os dias atuais, sobretudo de uma sociedade brasileira tomada pelas desigualdades de gênero e raça. Nós mulheres negras, combatemos essas diversas formas de preconceito dia a dia. E mulheres como Lélia contribuiu para o combate a essas desigualdades além do gênero. De acordo com Carneiro, (2001) “[...] é em meio a esta dinâmica que o processo de emancipação, de busca de igualdade de direitos das mulheres negras ganha força, estabelecendo novos desafios”.

Até a metade do século XX, as mulheres não tinham participação de cargos públicos nem mesmo aos direitos de estudarem como os homens, somente a partir de algumas legislações e que elas passaram a ter direitos. Em 1870 o Brasil inseriu o ensino superior para a participação das mulheres e ao voto no ano de 1932. Após a legislação é notório a discrepância entre gêneros, provocando violenta negação inseparável às mesmas. O exemplo de cotas que estabelece 30% para admissão de mulheres na representação parlamentar que sofre resistências para a manutenção do mesmo. Hoje, os direitos constitucionais permeiam tanto a mulher como homem tem direito igualitários garantidos, no entanto, esses direitos para as mulheres são dificultados, seja por gênero ou baixo poder aquisitivo impedindo o acesso a exercer sua cidadania. As questões que estão diretamente ligadas às mulheres fazem parte de ações governamentais que existem desde a década de 1980. Tais como: o Conselho Estadual da Condição Feminina que surgiu a partir de 1983 e a primeira Delegacia de Polícia de Defesa da Mulher em 1985, ambos no estado de São Paulo.

Trago também a essa sessão trajetórias de algumas significativas Mulheres Negras que compõem a história sobre Protagonismo Feminino Negro na Bahia. A invisibilidade das Mulheres Negras como protagonistas na história se dá pelo método de pesquisa objetivista de conteúdo e seus marcos históricos. Desde o século XX, as feministas tentam construir arquivos de mulheres para lutar contra o esquecimento e dispersão na história.

Na definição da teórica feminista negra e ativista Pearl Cleage (1993:28), o feminismo é definido como “a crença de que as mulheres são seres humanos plenos, capazes de participação e liderança em toda a gama de atividades humanas – intelectuais, políticas, sociais,

sexuais, espirituais e econômicas”.

São os movimentos negros influenciados também pelas vivências nas Comunidades de Terreiros e pelo saberes que lá habitam, que através dos Blocos Afros e das Escolas de Samba, em suas pesquisas no desenvolver das temáticas dos carnavais, iniciam um movimento utilizar a música para a sociedade contando a história das civilizações africanas, e de seus povos na África e Brasil e de seus descendentes nas Américas e na diáspora. Com isso possibilita a construção de um novo pensamento que ressignifica valores, forma, estética, beleza, educação, cultura africana e afro-brasileira.

Os Black Power - Ilê Aiyê surge no bairro da Liberdade, na Rua do Curuzu, na cidade de Salvador, e nasce dentro do Terreiro Ilê Assé Jitolu, com objetivo de que a população negra pudessem participar do carnaval, ao tempo em que a ideia era que o bloco se configurasse em um espaço de resistência, e que a ação de fundar um bloco com a presença exclusivamente de negros e negras pudesse romper a hegemonia branca do carnaval.

O Terreiro Ilê Assé Jitolu assim como Terreiro da Casa Branca, Terreiro do Gantois, Ilê Assé Opo Ofonjá, Terreiro do Bate Folha, e os mais de dois mil Terreiros que existem em Salvador hoje, são espaços sagrados das liturgias do Candomblé, e de representação da força das comunidades negras, e desde as suas primeiras manifestações no Brasil já surge como uma manifestação de resistência.

Os Terreiros de Candomblé na Bahia têm seu surgimento aproximadamente na década de 1830 na Barroquinha por três Iyás, a Iyá Detá, Iyá Nassô, e Iyá Kalá, mulheres negras africanas que vão constituir oficialmente o primeiro Terreiro de Candomblé da Bahia, e possivelmente o primeiro do Brasil O Terreiro Ilê Axé Iyá Nassô Oká, conhecida como Casa Branca, essas mulheres acreditavam na possibilidade de reviver no espaço terreiro a África deixada para traz com a colonização europeia.

Alguns blocos afros como Ilê Aiyê, Olodum, Araketu reconhecendo o conteúdo pedagógico presente no seu cotidiano e o potencial pedagógico de suas alegorias, símbolos e instrumentos, passam a assumir essa tarefa, como parte da sua missão, sistematizam e definem espaços e estruturas específicas para esse fim, a exemplo da Escola Mãe Hilda do Ilê Aiyê, Escola Criativa Olodum, Escola Malê Debalê, Araketu, experiências que se desenvolveram, se estabeleceram, e se consolidaram como referência pedagógica, contribuindo na definição do desenho pedagógico dos pré-vestibulares, como para fazeres pedagógicos em espaços formais e informais que buscam intervir no sentido de melhorar o desempenho acadêmico dos e das estudantes negras e negros, e foram fundamentais não só como referência, como para subsidiar de forma proativa ao debate das ações afirmativas particularmente em educação,

para a lei 10639/03, e sobre o acesso ao ensino superior a partir das ações dos pré-vestibulares como um indicador do déficit de política nesse área.

Com isso nesta pesquisa trago vivências de Mulheres Negras ialorixas que contribuíram com a educação mulheres de terreiro, de religião e com esse compromisso para a população negra.

Para falar de algumas Mulheres Negras e significativas tratando-se de Protagonismo, início trazendo a trajetória de vida de Eugênia Ana dos Santos. Filha de africanos, Eugênia Ana dos Santos, a ialorixá Obá Biyi, nasceu em Salvador em 1869. Mais conhecida como Mãe Aninha, ela foi feita no candomblé do Engenho Velho – a casa de Mãe Nassô – fundado por volta de 1830 e o primeiro a funcionar regularmente na Bahia. Saiu de lá para formar uma nova casa, o Ilê Axé Opô Afonjá, hoje considerado Patrimônio Histórico Nacional. Em 1935, Martiniano do Bonfim sugeriu a Mãe Aninha que criasse o Corpo dos Obás de Xangô, que deveria ser integrado por amigos e protetores do terreiro. Martiniano era uma das personalidades mais respeitadas da comunidade afro-baiana. Havia retornado da Nigéria em 1883, portando altos títulos da hierarquia sacerdotal iorubana. Sua ideia tornou-se real, quando, em 1936, foi instituído o corpo de obás, ou 12 ministros de Xangô do Axé Opô Afonjá. Até hoje são escolhidas pessoas de grande prestígio social para ocupar esse corpo. A função principal dos obás é a sustentação do axé, tanto do ponto de vista material quanto do seu status. No Ilê Axé Opô Afonjá, ainda hoje os obás formam uma seleta hierarquia, abaixo somente da mãe-de-santo e da mãe pequena, eventual substituta da mãe-de-santo. Na Bahia, a criação dos obás trouxe ao culto de Xangô um importante exército de reforço. Nas últimas décadas, já ocuparam esse posto os escritores Jorge Amado e Antônio Olinto, os compositores Gilberto Gil e Dorival Caymmi, o artista plástico Carybé e os pesquisadores Vivaldo da Costa Lima e Muniz Sodré, entre outros.

Mãe Aninha sempre lutou para fortalecer o culto do candomblé no Brasil e garantir condições para o seu livre exercício. Segundo consta, por intermédio do ministro Osvaldo Aranha, que era seu filho de santo, Mãe Aninha provocou a promulgação do Decreto Presidencial nº 1202, no primeiro governo de Getúlio Vargas, pondo fim à proibição aos cultos afro-brasileiros em 1934. Segundo Vivaldo da Costa Lima (2004), Mãe Aninha era uma personalidade que transcendia o ambiente dos terreiros e se impunha, igualmente, à sociedade inclusiva – tendo uma atuação na sociedade global, no plano da influência política, no sentido atual e abrangente do conceito de política. Mãe Aninha fundou o Ilê Axé Opô Afonjá em 1895, conforme consideram as pesquisas, na cidade do Rio de Janeiro, transferindo-o, depois, para Salvador, no ano de 1910 (Leite, 2013), onde se estabeleceu,

primeiramente no alto da Santa Cruz, no bairro do rio Vermelho e, posteriormente, para São Gonçalo do Retiro (Lima, 2004), onde se encontra até os dias atuais. Segundo Lima (2004), não estão claras as razões para a transferência do terreiro do Rio de Janeiro para Salvador.

Eugênia Anna dos Santos (1869-1938), Iá Obá Biyi, a fundadora do Ilê Axé Opô Afonjá (em 1910), foi uma ialorixá de enorme carisma. Era filha de africanos e teve formação religiosa bastante aprimorada com “antigos tios e tias, profundos conhecedores da seita africana”; foi líder religiosa respeitada pelo conhecimento e obediência aos fundamentos do culto; por sua liderança incontestada, sua autoridade, mas também sua compreensão e generosidade para com seus filhos espirituais e amigos. Era uma mulher inteligente, informada e com inegável sensibilidade para o trato com personalidades da vida social e política do seu tempo, habilidades que facilitaram conquistar vitórias importantes para sua comunidade e a sociedade de então. Conviveu e tornou-se amiga de intelectuais, renomados pesquisadores e ativistas políticos, que a ela se referiam com admiração e respeito. Sábia e equilibrada, D. Aninha compreendia a necessidade de colaborar com aquelas pesquisas, mas mantinha sob reserva os “fundamentos” que lhe competia preservar da divulgação. Entre estes estão Roger Bastide, Áydano do Couto Ferraz, Artur Ramos, Jorge Amado e principalmente Édison Carneiro. D. Aninha foi descrita por Donald Pierson como uma “preta alta e majestosa, cuja menor insinuação era imediatamente obedecida pelos membros de sua seita [...]. Inteligente, viva de espírito, ágil na conversa, era um dos mais respeitados e obedecidos chefes do mundo afro-brasileiro [...]” (Santos; Nóbrega, 2000, p. 16).

Em sua homenagem foi criada a Escola Municipal Eugênia Anna dos Santos que desenvolve suas atividades baseadas em projeto que teve início em 1978, mantendo se em funcionamento até os dias atuais. As Mulheres Negras que sucederam a Mãe Aninhaderam continuidade e materialidade ao seu projeto e aquela é uma escola que promove, ao mesmo tempo, a inserção das crianças na cultura branca, permitindo o acesso ao saber historicamente acumulado, como também permite que as crianças mantenham intenso contato com as tradições e os ensinamentos dos povos africanos, independentemente das influências religiosas. Mãe Aninha esteve em contato com intelectuais como Edison Carneiro e Jorge Amado, dentre outros, importantes lideranças articuladoras da luta dos negros no Brasil e criou a Sociedade Civil Cruz Santos, que passou a exercer a responsabilidade jurídica do Opô Afonjá (Molina, 2011, p. 149).

Dando continuidade a trajetória de Mulheres Negras influenciadoras; Mãe Hilda. A história do Ilê Aiyê mistura-se à história da vida de Mãe Hilda e do terreiro Ilê Axé Jitolu. Por aproximadamente 20 anos, o terreiro serviu ao bloco como diretoria, secretaria, salão de costura e recepção de associados. A conexão entre os dois transcende o espaço: o Ilê tem em Mãe Hilda sua fonte de inspiração, conselho e apoio; e na religião sua fortaleza e sustentação. Foi o

apoio e a permissão de Hilda Dias dos Santos (Salvador, 1923-2009), Mãe Hilda Jitolu, ialorixá (sacerdotisa líder em iorubá) do terreiro Ilê Axé Jitolu, que possibilitaram a existência do Ilê Aiyê. Foi ela que cedeu espaço do seu terreiro para as atividades do bloco e que, na primeira saída, se postou à frente de todos alegando que, se a violência policial da ditadura militar reprimisse o cortejo – atitude que era recorrente com a comunidade negra –, ela estaria ali para defender seus filhos e os filhos dos vizinhos e conhecidos que confiaram os filhos a seu filho Antônio Carlos dos Santos Vovô e seria ela a primeira a ir para a cadeia. Depois disso, foi Mãe Hilda também que insistiu para que o bloco atuasse para além do Carnaval, em atividades pedagógicas e sociais. Assim, surgiu a Escola Mãe Hilda, uma instituição de ensino formal que, em sua grade curricular, insere conteúdos sobre a cultura negra e africana durante o ano todo para as crianças do Curuzu; o Projeto de Extensão Pedagógica do Ilê Aiyê, a Escola de Percussão, Canto e Dança Band'erê, a Escola Profissionalizante do Ilê Aiyê e o projeto Dandarê (para a terceira idade). Todos seguem ativos. Outro preceito deixado pela matriarca e seguido à risca até hoje é a interdição dos rituais de santo no cotidiano do bloco – nas músicas, danças e roupas. Para descer do orum, o céu, para o aiyê, a terra, os ritos são recriados. E em todos persistem os ecos do sagrado.

A importância dessa mulher negra na construção do que nós somos hoje é de fundamental relevância, desenvolveu um trabalho de conscientização para comunidade negra. Através de projetos como a Escola Mãe Hilda, idealizada por ela e instalada nas dependências do seu terreiro, quanto através do seu trabalho como Iyalorixá e matriarca do Ilê Aiyê. Com aulas contam sobre a importância histórica do Ilê Aiyê e sobre a atuação dos negros na historiografia nacional. A valorização da comunidade negra proporcionará a difusão de modo positivo da sua cultura e história. E por fim, a manutenção do patrimônio musical é a força da entidade como agremiação carnavalesca. Com tais prerrogativas, o Ilê difunde a cultura negra na sociedade, visando agregar os afro-brasileiros à luta contra as mais diversas formas de discriminações raciais e resgatando a autoestima e elevando a consciência crítica dos jovens e crianças.

Outra mulher negra a quem faço referência a sua grande contribuição para formação de novas intelectuais contemporâneas, é a educadora Valdina de Oliveira Pinto, mais conhecida como Makota Valdina, foi uma das principais ativistas contra o racismo e a intolerância religiosa no Brasil. O nome “Makota” vem da função que exercia como conselheira da mãe de santo, no terreiro de candomblé Tanuri Junsara. Professora da rede municipal de Salvador fez parte do Conselho Estadual de Cultura da Bahia, onde sempre defendeu a preservação das culturas de matriz africana. Por seu trabalho, recebeu diversas homenagens, como o “Prêmio

Clementina de Jesus”, da união de negros pela igualdade, o “Troféu Ujaama”, do grupo Cultural Olodum, e a condecoração como “mestra popular do saber”, pela Fundação Gregório de Mattos. A educadora morreu em março de 2019, após uma parada cardíaca, aos 65 anos. A sua contribuição pelosocial na comunidade do Engenho Velho da Federação, e quando estudava para ser professora fundou o primeiro curso de alfabetização para adultos. Como destaca Pinto (2015, p. 46):

Que eu saiba foi o primeiro curso de alfabetização de adultos da comunidade. Foi um tempo de intensa mobilização, de realização de muitas atividades no bairro, para conseguirmos dinheiro para o eu queríamos. Não tenho conta do número de rifas, leilões, quermesses festas, além do “livro de ouro”, com o que se recolheram assinaturasde pessoas com mais posses. Adquirimos o terreno, e com isso foi o tempo de arregaçar as mangas nos mutirões, primeiro, para preparar o terreno para construção e, depois, para a construção propriamente dita.

Na década de 90 foi professora do Projeto de Extensão Pedagógica do Ilê Aiyê, trabalhou com educação ambiental no entorno do Parque São Bartolomeu pelo CEASB, ações que Makota Valdina planeja relatar em um próximo livro. Nos anos 2000, ela participa de inúmeros Encontros, Seminários, sobre questões étnico-raciais. Nesta década participou da diretoria da Federação Baiana de Culto Afro Brasileiro (FEBACAB), atual FENACAB, e das lutas em defesa do Parque São Bartolomeu, santuário natural do povo-de-santo de Salvador. Em 2005, foi proclamada “Mestra de Saberes”, pela Prefeitura Municipal de Salvador.

A sua vasta contribuição para formação de outras Mulheres Negras que vieram pós sua época se faz presente na inserção das identidades culturais, recuperação dovalor, do poder e lugar de fala, além de valores das comunidades africanas.

Dando prosseguimento as Mulheres Negras extraordinárias e inspiradoras, trago a senhora Maria Olivia Santana, nascida em 25 de março de 1967 em Salvador, Bahia. Formou-se em Pedagogia pela UFBA. Presidente do Diretório Acadêmico dePedagogia. Trabalhou como faxineira em um Colégio. Secretária de Educação e Culturade Salvador. Em 2015, dirigiu a Secretaria de Políticas para as Mulheres e depois a Secretaria de Trabalho, Emprego, Renda e Esporte da Bahia. Integrante do Conselho Nacional de Promoção da Igualdade Racial. Integrante do Fórum de Mulheres Negras. Dirigente da União de Negros pela Igualdade-UNEGRO. Militante do movimento de mulheres negras e fundadora da União de Negros pela Igualdade foi vereadora de Salvador, pelo PCdoB entre 2005-2012, a primeira Mulher Negra deputada estadual na Bahia, com 57.755 mil votos. e atualmente deputada estadual pelo PCdoB para operíodo 2019-2023.

Olivia ganha destaque na defesa pela educação, com ações votadas a integração do esporte e cultura nas escolas, educação é estratégia de transformação e empoderamento, afirma Olívia Santana. Quando era titular da Secretaria de Educação e Cultura de Salvador, inovou e obteve destaque pela implantação do Sistema Informatizado de Matrícula. Com objetivo com a política de valorização dos professores municipais, Olivia garantiu o aumento salarial da categoria e também implantou a Lei 10.639, sobre o ensino da História da África e da Cultura Afrobrasileira.

É importante trazer nesta pesquisa que em 2003 foi promulgada a Lei 10639 versa sobre o ensino de história e cultura africana e afro-brasileira em escolas de todo país. Fruto da ação política de movimentos sociais em articulação com um governo de centro-esquerda, a legislação pretende apontar as contribuições nas áreas social, econômica e política, pertinentes à história do Brasil, da população afro-brasileira. Apesar de indicar as disciplinas de Literatura, Educação artística e História brasileira como as responsáveis pelo ensino destas temáticas, o legislador também aponta que “os conteúdos referentes à história e cultura afro-brasileira e dos povos indígenas brasileiros serão ministrados no âmbito de todo o currículo escolar” (Lei 9394/96, Art. 26ª § 2º).

Ocorreram aprovações no Programa Nacional do Livro Didático 2018. O PNLD contou com cinco obras aprovadas para a área de Sociologia. Ao todo foram distribuídas mais de 7 milhões de unidades para escolas públicas de todo o país, sendo que apenas dois títulos correspondem a quase 2/3 do total das obras distribuídas.

E para finalizar esse capítulo que identifiquei algumas mulheres negras influenciadoras para a educação em Salvador, trago Ana Célia Silva Doutora em Educação, Universidade Federal da Bahia (2001) Mestre em Educação, Universidade Federal da Bahia (1988) Especialista em Estudos da História e culturas Africanas pré- coloniais, Centro de Estudos Afro Orientais/Universidade Federal da Bahia (1986) Graduada em Pedagogia, Universidade Federal da Bahia (1968) Uma das personalidades mais implicadas na luta contra o racismo no Brasil Desde a década 1970, quando ingressou no MNU Ana Célia da Silva tem sido uma referência na luta contra o racismo no Brasil. Pedagoga e Professora Adjunta aposentada da Universidade do Estado da Bahia – UNEB, seus trabalhos são leituras fundamentais nas discussões sobre o racismo na educação, sobretudo, para os estereótipos racistas sobre a população negra nos livros didáticos. Possui experiência na área de Educação, com ênfase em Currículos Específicos para Níveis e Tipos de Educação, atuando principalmente nos seguintes temas: estereótipos em relação ao negro no livro didático de Língua Portuguesa das séries iniciais, desconstrução, representação social do negro no livro didático de Língua Portuguesa

das séries iniciais e educação das relações étnico-raciais.

Ler sobre as vivências dessas Mulheres Negras me proporcionou ao lugar que hoje ocupo na sociedade. Através das lutas dessas mulheres que hoje me reconheço como Mulher Negra e protagonista da minha trajetória. Cada uma delas ocupa na historicidade da Bahia um lugar de fala e representatividade, o debate acerca das perspectivas da vivência das Mulheres Negras nos permite obter uma visão mais plural sobre gênero e desigualdade que as estruturas sociais nos leva. O que vemos neste cenário é que apesar de inúmeras conquistas, as Mulheres Negras continuam a ser excluídas no âmbito socioeconômico do país.

4 AÇÕES AFIRMATIVAS NA EDUCAÇÃO SUPERIOR

4.1 A UNEB- PIONEIRISMO

Nesse capítulo trata-se de uma análise da implementação do sistema de cotas da UNEB, com desenvolvimento das políticas públicas a fim de minimizar os problemas locais e institucionais da universidade.

Trazendo o conceito referente o que é ação afirmativa, conforme Joaquim B. Barbosa Gomes (2002, p. 125):

Trata-se, com efeito, de tema quase desconhecido entre nós, tanto em sua concepção quanto nas suas múltiplas formas de implementação [...]. [Nota nº 5] Frise-se que, se a teoria das ações afirmativas é praticamente desconhecida no Brasil, a sua prática, no entanto, não é de toda estranha à nossa vida administrativa. Com efeito, o Brasil já conheceu uma modalidade (bem brasileira!) de ação afirmativa. É a que foi materializada na chamada Lei do Boi, isto é, a Lei nº 5.465/68, cujo artigo 1º era assim redigido: „Os estabelecimentos de ensino médio agrícola e as escolas superiores de Agricultura e Veterinária, mantidos pela União, reservarão anualmente, de preferência, 50% (cinquenta por cento) de suas vagas a candidatos agricultores ou filhos destes, proprietários ou não de terras, que residam em suas famílias na zona rural, e 30% (trinta por cento) a agricultores ou filhos destes, proprietários ou não de terras, que residam em cidades ou vilas que não possuam estabelecimentos de ensino médio.

Além dessa prática de ação afirmativa na esfera educacional que Gomes (2002), também tivemos outras experiências no mundo do trabalho brasileiro. Conforme o professor de sociologia da Universidade de São Paulo, Antônio Sérgio A. Guimarães (1997, p. 236):

A chamada lei dos dois terços, assinada por Vargas, que exigia a contratação de pelo menos dois terços de trabalhadores nacionais por qualquer empresa instalada no país; e legislação de incentivos fiscais para aplicações industriais no Nordeste, depois expandida para o Norte, que propiciou a criação de uma burguesia industrial e uma moderna classe média nordestina. Ambas as políticas foram amplamente justificadas, aceitas, quando não implementadas pelas mesmas pessoas, ou grupos sociais, que hoje resistem a uma discriminação positiva dos negros. Ou seja, esse país já conheceu antes correntes de solidariedade, baseadas em causas nacionais ou regionais, que permitiram a aplicação de ação afirmativa.

Ocorreu em julho de 1996, durante o governo Fernando Henrique, quando o Ministério da Justiça reuniu, em Brasília, um grupo de intelectuais brasileiros e norte-americanos, lideranças e ativistas negros, para discutir “Ações afirmativas e multiculturalismo” (Souza, 1997), ninguém acreditava que, em pouco mais de cinco anos, seria implementada a primeira reserva de vagas para negros numa universidade pública e que, antes de completar o décimo

aniversário daquele evento, tal política fosse se transformar numa diretriz do Ministério da Educação. Parecia a todos nós, participantes daquela reunião, aos que defendiam ou se opunham às ações afirmativas para negros, que o seminário fora convocados simplesmente para dar uma satisfação e transmitir uma sensação de inclusão à militância negra, bastante ativa àquela altura nos fóruns partidários, em alguns escalões do governo federal e muito bem articulada internacionalmente à rede de ONGs de advocacia civil e luta pelos direitos humanos. Era essa a impressão que me ficou das apresentações e debates que travávamos no plenário e das opiniões que trocávamos fora dele, no saguão ou restaurante do hotel, ou na van que nos conduzia do local do seminário para o hotel, ou vice-versa.

Em 2002, no âmbito da Administração Pública Federal, foi criado o Programa Nacional de Ações Afirmativas,² que contemplou medidas de incentivo à inclusão de mulheres, afrodescendentes e portadores de deficiência, como critérios de pontuação em licitações que beneficiem fornecedores que comprovem desenvolver políticas compatíveis com o programa. No mesmo ano, foi lançado o Programa Diversidade na Universidade,³ que estabeleceu a criação de bolsas de estudo e prêmios a alunos de instituições que desenvolvessem ações de inclusão no espaço universitário, além de autorizar o Ministério da Educação a estudar, implementar e apoiar outras ações que servissem ao mesmo fim. É nesse contexto que foram adotados programas de cotas para afrodescendentes em universidades – como é o caso da UERJ, UNEB, UnB, UFPR, entre outras. Posteriormente, em 2003 foi instituída a Política Nacional de Promoção da Igualdade Racial (PNPIR), que reforça a eficácia das ações afirmativas e determina a criação de diversos mecanismos de incentivo e pesquisas para melhor mapear a população afrodescendente, otimizando assim os projetos direcionados. Ainda naquele ano, foi criada a Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial⁴, da Presidência da República, que auxilia o desenvolvimento de programas, convênios, políticas e pesquisas de interesse para a integração racial.

Ocorreu em julho de 2002 a aprovação da Universidade do Estado da Bahia no Conselho Universitário- CONSU, a histórica Resolução de reservar 40% das vagas, no processo seletivo, aos estudantes negros que estudaram em escolas públicas. Resolução de autoria dos professores Valdério Santos Silva e Wilson Roberto de Matos e do discente Osni Cardoso de Oliveira, aprovada pelo Conselho Universitário da UNEB – CONSU, em reunião

² Decreto Federal 4.228/02.

³ Lei 10.558/02.

⁴ Lei 10.678/03. No site da Presidência da República é possível acessar estudos e pesquisas que abordam essa temática, além de notícias e outras informações: www.planalto.gov.br/seppir/.

realizada no dia 18 de julho de 2002. A implementação do sistema de cotas na UNEB, foi realizado pela reitora da universidade que na época era a professora Ivete Alves do Sacramento, que foi a primeira reitora negra das universidades públicas brasileiras, uma mulher militante dentro do movimento social lutou a favor dessa conquista a população negra. Fator importante a ressaltar que a mesma conduziu junto com outros professores que defendiam as políticas de ações afirmativas, tais como os professores Wilson Matos, Valdélío Silva, Ana Célia da Silva, entre outros. Segundo Valdélío Silva (2010, p. 2):

[...] para as Ciências Sociais e de acordo com alguns intelectuais negros, as Ações Afirmativas são iniciativas originadas, sobretudo no âmbito das instituições públicas, visando à inclusão social de grupos discriminados por motivos raciais, nacionais, geracionais, sexuais, de gênero, ou por outros atributos físicos ou culturais ensejadores de desvantagens individuais ou coletivas.

Desde a sua implementação efetiva no ano de 2003, a reserva de vagas aos candidatos negros a UNEB vem promovendo a institucionalização referente as condições de permanência estudantil. Ainda no mesmo ano, 64.955 candidatos inscreveram-se no processo seletivo aos cursos de graduação da UNEB. Desse total, 19.863 (30,57%) optaram pelo sistema de cotas, e 45.092 (69,43%) concorreram ao restante das vagas.

De acordo com alguns intelectuais negros, as Ações Afirmativas são iniciativas originadas, sobretudo no âmbito das instituições públicas, visando à inclusão social de grupos discriminados por motivos raciais, nacionais, geracionais, sexuais, de gênero, ou por outros atributos físicos ou culturais ensejadores de desvantagens individuais ou coletivas.

É importante salientar que a Universidade do Estado da Bahia- UNEB é uma instituição multicampi, que congrega 29 departamentos distribuídos em 24 campus, atendendo à demanda educacional dos 19 territórios de identidade do Estado da Bahia, localizada na região Nordeste do Brasil. É a maior universidade multicampi do Brasil e está entre as 80 melhores universidades da América Latina, de acordo com o Ranking Universitário Latino-Americano, promovido pela revista Times Higher Education (Agência Inovação, 2017).

De acordo com dados do IBGE (2021) estima que a população atual da Bahia em 14.985.284 habitantes. A Bahia, considerada o quinto maior estado do Brasil em dimensão territorial, o quarto em quantidade de habitantes.

Segundo Boaventura (2009) “a UNEB nasceu com a cor da Bahia, comprometida com suas regiões, com a negritude, com os sertões, com a pobreza, com os problemas de educação, de alimentação e de saúde”.

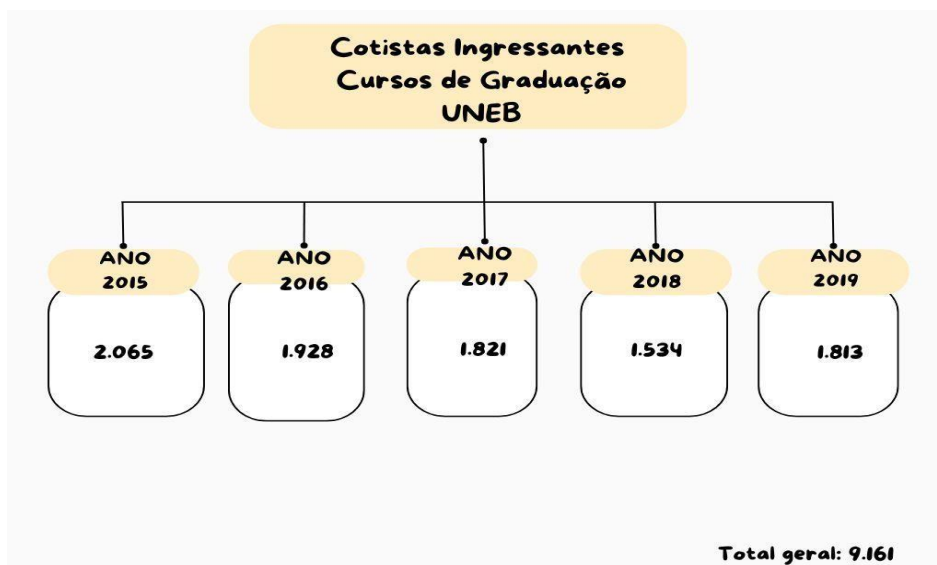
Voltando aos anos 90, entendemos como se deu a implementação através da reforma educacional que começou no Estado da Bahia em 1999. Um empréstimo do Banco Mundial no valor de US\$ 68 milhões, beneficiando diretamente o governo do Estado da Bahia durante os anos de 2000 a 2002, coincidiu com o começo da reforma. Uma parte central da reforma baiana de 2000 a 2002 foi o projeto de “Regularização de Fluxo Escolar”. Este projeto tornou-se uma necessidade porque o sistema escolar baiano ficou muito atrás de outros estados brasileiros em termos de índices de analfabetismo, anos médios de educação e qualidade da educação, refletindo em índices muito elevados de repetência e fracasso escolar. Em 2000, o índice de repetência em escolas públicas baianas do ensino fundamental ainda era de 67,7%, comparados com uma média nacional de 43,7%. Em 1997, só 62% dos alunos em escolas públicas fundamentais baianas foram promovidos a cada ano.

Em “Inclusão Étnica e Racial no Brasil: a questão das cotas no ensino superior”, estudo publicado em 2005, José Jorge de Carvalho trata da questão das cotas no Ensino Superior mostrando, na época, dados alarmantes acerca do racismo imperante nas Universidades do Brasil. A abrangência e consistência do racismo que se reproduz em todas as áreas da vida social e também no interior das instituições Universitárias também foram problematizadas.

Segundo Carvalho (2005), referente a participação de negras e negros nas Universidades públicas brasileiras, no Brasil os estudantes universitários passaram de um contingente de pouco mais de 50 mil no início da década de 60 para chegar atualmente a mais de 1 milhão de matriculados, porém o número de estudantes brancos nas carreiras de alto prestígio das universidades mais importantes chega a 96% e em alguns casos a 98%. Esta é a mesma porcentagem que existia no ano de 1950: 4% de negros entre os estudantes. Já entre os professores é ainda pior: mais de 99% dos professores das Universidades públicas de presença nacional são brancos, em um país que os negros representam 47% da população brasileira. Em relação aos índios, até 8 anos atrás, sua exclusão era absoluta. Com isso, percebemos a importância e relevância da implementação de cotas na UNEB, deu-se oportunidades para que a população negra ingressasse na universidade pública.

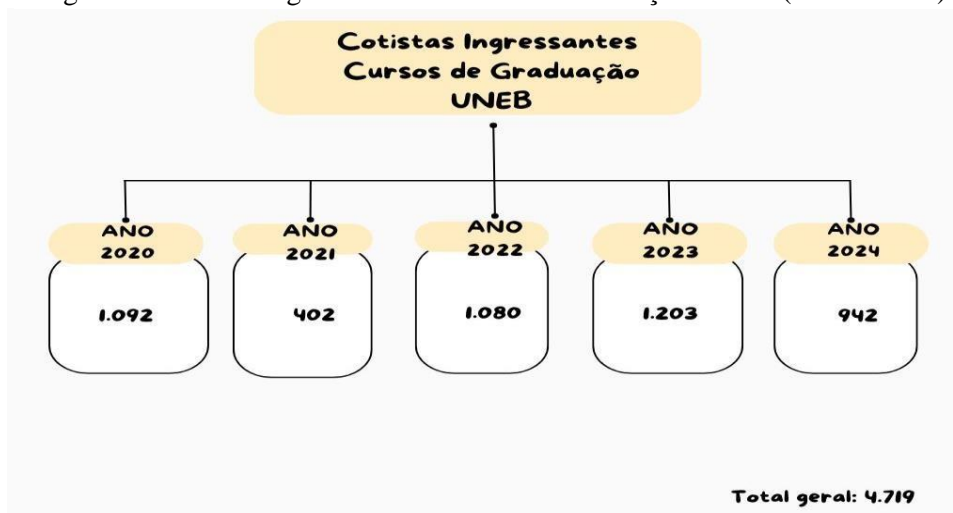
É importante demonstrar a evolução percentual relativa ao número de discentes cotistas que ingressaram na UNEB nos cursos de graduação, entre os anos de 2015 a 2024. Com isso realizei esse levantamento e obtive a seguinte informação.

Figura 1 -Cotistas ingressantes – Cursos de Graduação UNEB (2015 a 2019)



Fonte: Base de dados do Sistema Acadêmico.

Figura 2 - Cotistas ingressantes – Cursos de Graduação UNEB (2020 a 2024)



Fonte: Base de dados do Sistema Acadêmico.

Considerando as duas tabelas acima, tem-se o total de 13.880 discentes ingressos nos cursos de graduação na UNEB entre os anos de 2015 a 2024. Observa-se que o ano de 2015 foi o mais significativo na quantidade de cotistas. Porém vê-se uma decaída em relação aos ingressos como cotistas, nessa perspectiva, observa-se que essas taxas de graduação mostram que alguns fatores externos como ambiente familiar, relação de estudos anteriores como preparatório para vestibular, influenciam e são variáveis que podem explicar o processo de graduação, e a redução de cotistas na UNEB.

As ações afirmativas alteram os resultados educacionais da UNEB, com o ingresso dos cotistas na universidade uma nova realidade foi criada, apresentando demandas estruturais,

acadêmicas e administrativas para a instituição. Dessa forma, possibilita a permanência dos estudantes nos cursos, tendo assim reconhecimento social.

Em 2007, com a Resolução nº 468/2007, a UNEB amplia o seu sistema de cotas, destinando 40% para negros e 5% para indígenas. Posteriormente, nos anos de 2009 e 2011, foram realizadas algumas alterações. Em 2018, o Conselho Universitário (CONSU-UNEB) publica a Resolução nº 1.139, que aprova o sistema de reserva de vagas para negros e sobrevagas para indígenas, quilombolas, ciganos, pessoas com deficiência, transtorno do espectro autista e altas habilidades, transexuais, travestis e transgênero, marcando um avanço significativo para o sistema de cotas da UNEB, onde outros sujeitos de direitos são reconhecidos pela universidade.

Santos (2012) traça uma linha do tempo, narrando os acontecimentos históricos, que levaram à construção das Políticas de Ações Afirmativas (PAA) no Brasil e nas Universidades pioneiras, UNEB e UERJ desde a Declaração Universal dos Direitos Humanos, em 1948 a Durban em 2001. Para o autor, ambos os eventos tiveram contribuição da sociedade civil, movimentos negros e organizações. O mesmo aponta como a partir da inserção da política de cotas o ensino superior brasileiro passa ser mais democrático no acesso a universidade, deixa de ser um espaço elitista e segregador e passa a ser um espaço plural e de todos.

Pude compreender que as ações afirmativas são políticas públicas conquistadas através dos movimentos sociais, e que a implementação do sistema de cotas na UNEB possibilitou a promoção de igualdade de oportunidades para combater o racismo. Como isso se deu através da necessidade de correção histórica dos danos causados pela escravidão e racismo sofrido nas instituições de ensino superior, assim como houve um fortalecimento da integração cultural, e uma tentativa ainda que essa luta se tenha até os tempos atuais para uma redução das desigualdades sociais.

5 IVETE SACRAMENTO- VIVÊNCIA DE UMA MULHER NEGRA ERESILIENTE

A entrevista com a professora Ivete Sacramento foi realizada no dia 15 de junho de 2021 na Secretária Municipal da Reparação (SEMUR). O agendamento ocorreu por intermédio do meu coorientador professor Carlos Eduardo, o qual gentilmente me ajudou nessa etapa da pesquisa.

5.1 QUEM É IVETE SACRAMENTO?

Ivete Sacramento é professora a primeira reitora negra a dirigir uma universidade no Brasil e pioneira ao implantar cotas para negros na UNEB, modelo que passou a ser seguido por instituições de ensino superior em todo o país. Atualmente, mais de 140 universidades adotaram o sistema de cotas que após o reconhecimento pelo STF da sua constitucionalidade e com obrigatoriedade assegurada em lei vai estender a todas as instituições públicas do país.

Mestre em Educação pela Université Du Quebec à Montreal / Canadá, Graduada em Letras Vernáculas e Licenciatura em Português pela UFBA, ganhadora do prêmio de Direitos Humanos do Ministério da Justiça em 2003; Reitora da Universidade do Estado da Bahia (1998-2005) aproximando-se dos movimentos sociais locais, realizando trabalho conjunto com a sociedade civil. Criou o Programa de Formação de Professores - Rede Uneb 2000, hoje com aproximadamente 10.000 professores graduados em 275 municípios da Bahia. Possibilitou o funcionamento de políticas de acesso e permanência afro-descendentes na Universidade em 2002.

Atuou geralmente na condição de membro de notório saber, nos conselhos estaduais de Educação, de Desenvolvimento das Comunidades Negras, de Políticas para os Povos Indígenas, dos Direitos Humanos, de Políticas para as Mulheres e Conselho Nacional de Promoção da Igualdade Racial e do IPHAN. Atuou como superintendente dos Direitos Humanos da Secretaria de Justiça, Cidadania e Direitos Humanos do governo do Estado e atualmente como secretária da Reparação da Prefeitura Municipal de Salvador.

5.2 INSERÇÃO NA EDUCAÇÃO- CAMINHOS TRAÇADOS

Iniciei a entrevista questionando a professora Ivete Sacramento sobre como e quando se percebeu mulher negra. A mesma disse-me que se percebeu mulher negra desde que nasceu, por ter nascido em uma família negra e plural. A mãe professora e o pai enfermeiro, com família

de enfermeiros, dona de casa e professores. Com isso teve muita influência em sua vida, com mulheres que sempre trabalharam e estudaram, assim como o pai ativista, alegre e solidário. Relatou que teve uma tia que foi a primeira mulher a incorporar a turma de policiais femininas e professora.

Ao trazer essas falas da professora Ivete lembra-me da autora Neuza Santos Souza em sua obra “Tornar-se negro”, onde enfatiza o discurso da identidade negra baseada no amor próprio e valorização da negritude. Com isso quando a professora diz que teve influência das mulheres da sua família para o seu entendimento enquanto mulher negra enfatiza que “ser negro” não é uma condição pré-determinada e sim uma construção de narrativas sobre si mesmo. Essa construção identitária leva em consideração o contexto social, histórico e cultural.

Notório perceber o quanto a família influenciou na formação educacional da professora Ivete, e como o Protagonismo Feminino das mulheres da sua família a motivou a querer saber mais e avançar nas lutas da população negra principalmente no âmbito da educação. Sendo a mais velha de seis irmãos, onde a própria mãe a alfabetizou e só começou a cursar uma escola com 06 anos de idade, assim como alfabetizou outros irmãos. Dessa forma, a vida toda na escola, ensinando a outras crianças e colecionando vivências.

A sua inserção na educação iniciou-se desde cedo ainda em Ubaitaba/Bahia, com uma vida acadêmica no ICEIA depois de ter saído do ensino fundamental. Onde teve outras experiências na instituição, participou como atleta, fez teatro, entre outros. Atuou no Colégio Polivalente do Cabula localizado em Salvador, na qual foi uma das fundadoras, relatou que a experiência foi bastante interessante e muitas escolas particulares perderam alunos, a valorização do colégio avançou bastante. É importante informar que o professor Carlos Eduardo⁵ foi aluno da professora Ivete nesta escola, e desde então se permanece os laços desse encontro.

5.3 EDUCAÇÃO SUPERIOR- COMO SE TORNOU LIDERANÇA

Formada em licenciatura em Letras no ano de 1972 pela Universidade Federal da Bahia, e em 1975 Línguas Vernáculas. Em 1984, completou a especialização em gramática portuguesa pela Faculdade de Ciências da Educação e Letras Olavo Bilaspur. Em 1992, obteve título de Mestre em Educação, pela Universidade de Quebec em Montreal.

⁵ Professor Carlos Eduardo Carvalho de Santana é Doutor em Educação e Contemporaneidade pela Universidade do Estado da Bahia. Pesquisador no Grupo de Pesquisa Memória da Educação da Bahia PROMEBBA / PPGEDUC/UNEB

Relatou sobre a sua vivência durante a educação superior, onde ficava viajando entre as cidades para estudar e trabalhava a noite. Quando seu pai a trouxe a Salvador onde atuou como professora no Colégio Polivalente do Cabula em Salvador. Em 1981 através de uma colega, atuou no curso de Administração de Sistemas Especiais no antigo CETEBA, já em 1983 o professor Edvaldo Boaventura criou a UNEB aproveitando os cursos superiores, e dessa forma a professora Ivete foi efetivada como professora, atuando no Colégio Polivalente e no CETEBA. É importante registrar que a professora Ivete foi eleita no CETEBA em todos os cargos acadêmicos, chefe de departamento, coordenadora do colegiado de comunicação, diretora do Centro de Educação Técnica da Bahia, eleita em todos. Essas experiências é que lhe deram suporte para ser uma futura reitora. Tudo começou quando lecionava no CETEBA nos anos 80, já em 1994 virou diretora do órgão que preparava os professores para atuação nos polivalentes. Os cursos estavam em formação para bacharelado, a professora realizou implantação que ajudou no crescimento da UNEB.

Os movimentos de ação e mudanças de diretrizes movidas pela professora Ivete Sacramento alavancaram as melhorias que a então Universidade do Estado da Bahia precisava, e dessa forma surgiu à ideia de eleger a primeira reitora negra do Brasil.

5.4 LIDERANÇA POLÍTICA- MOVIMENTO SOCIAL

A inserção da professora Ivete dentro dos movimentos negros na Bahia deu-se muito antes de ser eleita reitora da UNEB, ela foi a primeira pessoa que lavrou a ata do embrião do movimento negro na Bahia, influenciada por Abdias Nascimento e Lélia Gonzáles. Isso tudo só fortaleceu o Protagonismo enquanto Mulher Negra a uma até então sociedade sexista e racista. Houve uma comoção dentro da esfera política, tais como; a então senadora Benedita da Silva e governador Antônio Carlos Magalhães campanhas para a eleição da professora Ivete.

Observei nas falas da professora Ivete o quanto a mesma é comprometida referente a seu papel de mulher negra na sociedade, educadora e formadora dos seus estudantes negros. Sempre em favor da promoção da igualdade racial, as marcas do movimento social negra em todas as esferas sociais e os avanços alcançados no Estado. A identidade racial é utilizada não só como elemento de mobilização, mas também de mediação das reivindicações políticas. Sempre teve a preocupação dentro da militância e trazer o empoderamento e encorajamento das crianças negras dentro da educação.

Diante disso, remete-se o ponto de vista onde o lugar de fala trazido por Lélia Gonzales nos diz que um dos objetivos do feminismo negro é marcar esse lugar, o que confronta o

conhecimento produzido pela epistemologia hegemônica.

O livro de Djamila Ribeiro expõe que lugar de fala não diz respeito a negar as experiências individuais, tampouco se trata de uma visão essencialista, mas se refere ao reconhecimento do lócus social e da reflexão de como esse lugar imposto dificulta a possibilidade de transcendência. Carneiro (2003, p. 129) diz:

Pensar a contribuição do feminismo negro na luta antirracista é trazer à tona as implicações do racismo e do sexismo que condenaram as mulheres negras a uma situação perversa e cruel de exclusão e marginalização sociais. Tal situação, por seu turno, engendrou formas de resistência e superação tão ou mais contundente.

Compreendo que a discussão referente ao ensino-aprendizagem ao longo dos anos é uma circunstância problemática para o povo negro. Considerando também a predominância da população negra nos cursos da EJA- Educação de Jovens e Adultos, que também necessita de implementação de uma educação antirracista e estratégias inovadoras no âmbito da reparação educacional.

Parte-se da premissa de que a EJA, por representar um universo de sujeitos predominantemente negros (a), pode ser entendida como uma Ação Afirmativa, considerando seu duplo sentido atrelado à função reparadora e equalizadora na dimensão étnico-racial, aliada à dimensão qualificadora de inclusão socioeducacional de um universo historicamente excluído e subalternizado (Santos, 2020, p. 6).

5.5 IMPLEMENTAÇÃO DO SISTEMA DE COTAS- UNEB

A professora Ivete Sacramento foi eleita reitora da Universidade do Estado da Bahia em 1998 e reeleita em 2002. Foi durante a sua atuação como reitora que ocorreu a votação do Conselho Universitário – CONSU onde foi aprovado o parecer instituindo o sistema de cotas para negros na Universidade do Estado da Bahia – UNEB no ano de 2003, totalizando vinte e oito votos a favor e três abstenções, e teve como conselheiros, os professores Valdélino Silva e Wilson Roberto de Matos.

Silva (2019) Em relação à mulher negra é necessário afirmar que sempre esteve presente na história, mas sua existência, memórias e protagonismos se mantiveram ainda mais na invisibilidade. Quando se fala da mulher negra e poder, pode-se afirmar que se trata de um tema de muitas e expressivas ausências.

Neste sentido, a atuação de uma mulher negra na gestão de universidade configura a luta contra o racismo cotiado que se trata de uma experiência do passado no presente. Essa perspectiva ajuda a entender o racismo que atravessa as barreiras da sociedade brasileira, e

trazendo para região da Bahia, insiste em mensurar e classificar as pessoas pela cor, especificamente tratando-se de mulher e negra. Desafios esses enfrentados pela professora Ivete, principalmente na implementação do sistema de cotas em sua gestão.

Dentre as políticas de ações afirmativas existentes no Brasil a Lei 10.639/03 (Brasil, 2003) que alterou a Lei de Diretrizes e Bases (LDB) (Brasil, 1996), representou uma importante conquista do movimento negro brasileiro, uma vez que instituiu a obrigatoriedade do ensino de história e cultura africana e afro-brasileira e serviu como base para outros documentos normativos, complementares, que no seu conjunto obriga, define e orienta a implementação da educação das relações étnico-raciais em toda a educação básica do país. De acordo com o artigo 2º- §4 da resolução CNE/CP 1/2004 (Brasil, 2004) que passa a integrar o parecer CNE/CP 03/2004 instituindo as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-brasileira e Africana.

No ano de 2006, a Comissão Permanente do Vestibular da UNEB – COPEVE divulgou duas informações importantes acerca do sistema de cotas implantado na Universidade. Uma delas é a de que o índice de evasão dos que ingressaram pelo sistema de cotas é menor, em comparação com os alunos não cotistas. A segunda é a de que as notas médias dos alunos cotistas e não cotistas, nas disciplinas de alguns cursos de prestígio social elevado, estão em um nível muito próximo, sendo que, em alguns casos, as notas médias dos cotistas são até mais elevadas. Estas duas informações, que falam por si mesmas, é uma importante resposta para os que presumiam, preconceituosamente, que os cotistas tenderiam a abandonar a universidade ou não teriam condições de acompanhar os cursos por incapacidade intelectual (Silva, 2010, p. 56).

Dentre as falas da professora Ivete, ela ressalta que “não fez nada”, tudo que ocorreu deu-se em referência a outros que assim antecederam dentro do movimento negro. Logo no início do movimento nos anos 70, Milton Nascimento e Lélia Gonzáles trouxeram a ideia de que o povo negro vivia excluído da sociedade, o combate ao genocídio negro. Com isso veio-se a proposta para acabar com o preconceito. Dessa forma, deu-se reuniões com alguns negros e negras de Salvador afim de conhecimento e despertar a africanidade e descendência. O movimento para ações afirmativas deu-se também através desses acontecimentos.

Relatou-me de forma detalhada como se deu a implementação do sistema de cotas na UNEB, a professora Ivete então reitora da universidade, disse que recebeu da prefeitura de Salvador através da Câmara de vereadores para que a UNEB colocasse as cotas. Naquele mesmo momento ia ocorrer uma reunião para elaborações para o próximo vestibular do ano seguinte. Assim, a mesma colocou na pauta do CONSU, junto com o professor Valdélino Silva do movimento negro e então diretor e membro do conselho. “Por acaso eu era reitora negra

sentada no momento certo, e consciente e que recebi no Ano Intercancional de Combate ao Racismo, uma indicação da prefeitura de Salvador, o que era tudo que queria [...]” (Fala da professora Ivete Sacramento)

A professora Ivete criou então uma comissão que foi composta pelos professores Valdélvio Silva, Wilson Matos e Osni Cardoso de Oliveira atual Prefeito do Município de Serrinha-BA. Agendou uma reunião e foi elaborado o parecer e aprovado pelo conselho universitário. Sua condição de reitora negra a sua ação foi personalizada, porém como a mesma informou foi a conselho universitário da universidade que realizou a implementação. Momento de muita emoção como ela mesmo ressaltou.

Durante a entrevista a professora Ivete me deu uma cópia da carta racista que recebeu no dia 23/07/2002 um dia após a aprovação do Sistema de Cotas da UNEB.

Figura 3 - Carta (anônima)

Distinta crioula,

Achei ridícula a sua pretenciosa aparição no BATV desta manhã, enfocando os 40% de vagas para negros. Vá se tratar, mulher! Se eles, negros, esvaziam as salas de aula, e lotam as cadeias, é por instinto e maldade, típicos da raça negra mesmo. Que não tem educação, princípio, nem quer ser gente.

Invés dessa idiota questão, porque não procurar criar mais bibliotecas, postos policiais e trabalho? Quem sabe não esteja aí a questão. Negro só gosta de pagode, devassidão, músicas idiotas, mexer a bundinha, violência, falta de modos, perversidades. Pode crer. No meio de cem, se tira um que seja digno de ser chamado de gente. O resto é só confusão. Deus me livre!

Vocês é que andam, mexem e ficam mexendo nessa ferida, que nunca vai ter cura. Afinal, essa mancha já está encruada entre nós. Tomara que esses 40% não passem. E mostre para vocês que não é culpa dos brancos. E, sim, burrice deles, que não tem preparo. Afinal, ser gente é privilégio de poucos. Não é para todo o mundo.

Se toca! Vá procurar trabalhar de outra forma mais consciente e adequada em prol dos negros, não falando merda na TV. Que eles, os negros, se esforcem, se eduquem e se limpem. Ai serão bem vistos, com outros olhos.

Salvador 23/07/2002 (Carta recebida pela professora Ivete Sacramento, primeira reitora negra de uma Universidade do Brasil, um dia após a aprovação do Sistema de Cotas da UNEB).⁴

Fonte: Agência UNEB de Comunicação (2024).

Percebe-se como o movimento de crescimento do povo negro incomodou a branquitude, que se revolta em sentir-se ameaçado perante os seus privilégios. As universidades começaram a mobilizar criando planejamento estratégico para melhoria na gestão para também acompanhamento das políticas de ações afirmativas.

Para concluir essa parte da entrevista a professora Ivete Sacramento ressaltou que, não foram apenas as cotas como ato de revolução, assim como a oportunização de novos cursos e áreas de conhecimento no interior da Bahia. A criação da universidade para todos, por que não adianta o sistema de cotas sem que a população não esteja preparada. O sistema de cotas

proporcionou a evolução de muitas áreas.

5.6 ATUAL TRAJETÓRIA – SECRETARIA DA REPARAÇÃO

Atualmente, a professora Ivete é secretária na Secretaria Municipal da Reparação - SEMUR.

Essa parte da entrevista a professora Ivete Sacramento afirmou que todos os dias têm que se reafirmar como Mulher Negra, pois além dos racistas tem que brigar com os racistas. O posicionamento no mundo masculino requer autoritarismo para se firmar enquanto mulher. O que diferencia do papel de professora e de secretária da reparação, é que como professora o resultado é palpável, mas na reparação é observado como uma totalidade a questão racial e vulnerabilidade social do negro são maiores em todas as instâncias.

Ressaltou que a secretária da reparação todos os dias busca a equidade da promoção da igualdade, porém não há uma perspectiva disso, embora tenha gerado importantes avanços na direção da implantação de Políticas de Promoção da Igualdade Racial, porém não atinge a grande maioria, uma vez que a população da Bahia é 80% composta pela população negra.

Durante a conversa observei a preocupação da professora Ivete em incorporar os jovens negros em programas de reparação, algumas informações não chegam à grande população. A secretária de reparação luta em favor das políticas públicas inserção no âmbito da prefeitura, tem o programa de combate ao racismo institucional, tem uma metodologia que responsabiliza a gestão, é um programa de gestão.

As falas da professora Ivete demonstram seu compromisso e comprometimento como mulher negra oriunda dos movimentos sociais, o quanto a sua trajetória alavancou o âmbito da educação superior juntamente com a implementação das ações afirmativas e como até os dias atuais nós Mulheres Negras, independente do cargo de ocupação temos que lutar contra o racismo em diversos âmbitos da sociedade.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho teve como principal finalidade estudar sobre o protagonismo de mulheres negras no âmbito da educação superior, com ênfase na implementação das ações afirmativas na Universidade do Estado da Bahia- UNEB.

Pesquisar sobre Mulheres Negras me remete ao passado e a construção da mulher que sou hoje, Mulheres Negras que antecederam construíram a base do feminismo negro para debate político atual, as suas lutas viabilizam a contribuição teórico-analítica de feministas negras. A interseccionalidade auxilia a apontar novas formas de compreensão para rompimento de barreiras com a invisibilidade e opressões de raça, classe e outras formas de discriminação contra Mulheres Negras.

A interseccionalidade é uma conceituação do problema que busca capturar as consequências estruturais e dinâmicas da interação entre dois ou mais eixos da subordinação. Ela trata especificamente da forma pela qual o racismo, o patriarcalismo, a opressão de classe e outros sistemas discriminatórios criam desigualdades básicas que estruturam as posições relativas de mulheres, raças, etnias, classes e outras. Mulheres negras vêm historicamente pensando a categoria mulher de forma não universal e crítica, apontando sempre para a necessidade de se perceber outras possibilidades de ser mulher.

Analisa-se que o impacto desse Protagonismo na sociedade brasileira evidenciou a população negra como sujeito da história, as epistemologias apresentadas edificam o combate à barreira do negligencianento histórico imposto aos negros, a universidade agora possui novas percepções, porém a luta contra preconceito e racismo é diária.

A historiografia cabe um papel fundamental de resgate e visibilidade histórica da população afro-brasileira, de sua permanente luta e protagonismo político no cenário nacional, essas conquistas requerem ainda uma permanente pressão política do movimento social e do movimento negro que são os protagonistas desse processo, a fim de influenciar na promoção da igualdade racial no Brasil.

Outro ponto abordado na minha pesquisa foi referente a implementação das ações afirmativas, mostra-se como relevante instrumento para reverter a atual situação de exclusão dos indivíduos da educação superior, a adoção das políticas de cotas na UNEB possibilitou a inclusão de grupos marginalizados com o racismo pela sociedade, tais como os negros, índios e quilombolas.

A objetivação das ações afirmativas é acelerar o processo de igualdade, com isso, o alcance da igualdade substantiva por parte de grupos socialmente vulneráveis, como as minorias

étnicas e raciais, entre outros grupos.

Durante a entrevista com a professora Ivete Sacramento, ficou evidente que o protagonismo das Mulheres Negras da sua família ajudaram a entender-se como mulher negra. A sua inserção no ensino superior atuando como professora a fizeram ver o seu papel na sociedade e para a população negra. Atuando como a primeira mulher negra reitora de uma universidade a UNEB, a professora Ivete implementou as políticas de cotas raciais, entende-se que as políticas de ação afirmativa para negros são fruto de uma longa e árdua luta do movimento negro contra o racismo e a desigualdade racial que marcam nossas instituições e relações sociais. Assim como, a importância da permanência desses jovens negros na universidade, com implementação de programas de permanência estudantil. Esses programas têm como finalidade auxiliar na promoção de recursos necessários para a superação dos obstáculos e impedimentos existentes ao bom desempenho acadêmico, considerando, em sua maioria, obstáculos de ordem financeira e material.

A trajetória da professora Ivete Sacramento como primeira reitora negra da universidade, se torna símbolo de representatividade e resistência de Mulheres Negras em nossa sociedade. Sua história de luta contra o racismo e sexismo e sua atuação pela democratização é de relevante importância no acesso ao ensino superior a população negra. Entrevistar a Professora Ivete Sacramento foi fundamental para valorização a representatividade negra, registrar a história, compreender o protagonismo negro, promover a reflexão crítica e reconhecer seu legado.

Finalizo trazendo um pensamento da autora bell hooks, no qual me identifico e assim permaneço na luta diária do enfrentamento do racismo e potencialização da minha identidade enquanto mulher negra.

Quando nós, mulheres negras, experimentamos a força transformadora do amor em nossas vidas, assumimos atitudes capazes de alterar completamente as estruturas sociais existentes. Assim poderemos acumular forças para enfrentar o genocídio que mata diariamente tantos homens, mulheres e crianças negras.

Quando conhecemos o amor, quando amamos, é possível enxergar o passado com outros olhos; é possível transformar o presente e sonhar o futuro.

Esse é o poder do amor. O amor cura.

bell hooks

REFERÊNCIAS

AGÊNCIA INOVAÇÃO. **UNEB integra ranking das melhores universidades da América Latina.** 2017 (On-line). Disponível em: <https://www.inovacao.uneb.br/index.php/uneb-integra-ranking-das-melhores-universidades-da-america-latina/>. Acesso em: 10 maio 2024.

ALCANTARA, A. A. C. **As donas do poder, mulher e política na Bahia.** Salvador: Núcleo de Estudos Interdisciplinares sobre a Mulher FFCH/UFBA, 1998.

AZEVEDO, T. **As elites de cor numa cidade brasileira: um estudo de ascensão social & Classes sociais e grupos de prestígio.** 2. ed. Salvador: EDUFBA; EGBA, 1996.

BARDIN, L. **Análise de Conteúdo.** Lisboa: Edição 20, 2002.

BOAVENTURA, E. M. **A construção da universidade baiana: origens, missões e afrodescendência.** Salvador: EDUFBA, 2009.

CARNEIRO, S. Mulheres em movimento. **Estudos Avançados**, [S.l.], v. 17, n. 49, p. 117-132, 2003.

CARVALHO, J. J. **Inclusão Étnica e Racial no Brasil: a questão das cotas no ensino superior.** Brasília: Attar, 2005.

DEMO, P. **Metodologia científica em ciências sociais.** 3 ed. São Paulo: Atlas, 1981.

DOMINGUES, P. Movimento negro brasileiro: alguns apontamentos históricos. **Tempo**, Niterói, v. 12, n. 23, p. 100-122, 2007.

FREIRE, P. **Pedagogia do Oprimido.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

GIBBS, G. **Análise de dados qualitativos.** Tradução: Roberto Cataldo Costa. Porto Alegre: Artmed, 2009.

GOHN, M. G. 500 anos de lutas sociais no Brasil: Movimentos Sociais, ONG's e terceiro setor. **Revista Mediações**, Londrina, 2000.

GONZALEZ, L. Racismo e Sexismo na Cultura Brasileira. Ciências Sociais Hoje. *In:* ANPOCS. 2., 1983. **Anais** [...]. p. 223-245, 1983.

GONZALEZ, L.; HASENBALG, C. **Lugar de Negro.** Rio de Janeiro: MarcoZero, 1982.

ILÊ AIYÊ. Mãe Hilda Jitolú, Guardiã da fé e da tradição Africana. **Cadernos de Educação**, Salvador, v. 12, 2009.

MANZINI, E. J. Entrevista semiestruturada: análise de objetivos e roteiros. *In:* SEMINÁRIO INTERNACIONAL SOBRE PESQUISA E ESTUDOS QUALITATIVOS. 2, 2004. A pesquisa qualitativa em debate. **Anais** [...]. Bauru: USC, 2004

MATTOS, W. R. Cotas para negros na Universidade do Estado da Bahia: histórico e breves considerações. *In:* MATTOS, W. R. *et al.* **Afrouneb: ações afirmativas, igualdade racial e**

compromisso local na construção de uma nova cultura universitária. Salvador: EDUNEB, 2008.

MINAYO, M. C. S. (Org.). **Pesquisa Social**. Teoria, método e criatividade. 18 ed. Petrópolis: Vozes, 2001.

MOLINA, T. S. **Relevância da dimensão cultural na escolarização de crianças negras**. São Paulo: USP, 2011.

NASCIMENTO, E. L. (Org.). **Sankofa**: matrizes africanas na cultura brasileira. São Paulo: Selo Negro, 2008.

OLIVEIRA, R. D. **Elogio da diferença**: o feminino emergente. Rio de Janeiro: Rocco, 2012.

PINTO, C. R. J. Movimentos Sociais: Espaços Privilegiados da Mulher enquanto sujeito político. *In*: COSTA, A. O.; BRUSCHINI, C. (Orgs.). **Uma questão de gênero**. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos; São Paulo: Fundação Carlos Chagas, 1992.

PINTO, V. **Meu caminhar, meu viver**. Salvador: SEPROMI, 2013.

PRATES, D. S.; ROTERMUND, M. D. G. A inserção das mulheres negras nos cargos docentes das Instituições de Ensino Superior. **Revista Metodista de Administração do Sul**, [S.l.], v. 4, 2019.

RIBEIRO, D. **O que é lugar de fala?** Belo Horizonte: Letramento, 2017.

RIBEIRO, D. **Quem tem medo do feminismo negro?** São Paulo: Companhia das Letras, 2018.

RIBEIRO, M. Antigas personagens, novas cenas: mulheres negras e participação política. **Empreender.org**, 1995. Disponível em: <http://www.empreende.org.br/pdf/Programas%20e%20Pol%C3%ADticas%20Sociais/Antigas%20personagens%20mulheres%20negras.pdf>. Acesso em: 05 abr. 2021.

SANTOS, C. L. N.; DANTAS, T. R. Processos de Afrobetização e Letramento de (Re) Existências na Educação de Jovens e Adultos. **Educação & Realidade**, [S.l.], v. 45, 2020.

SANTOS, J. F.; NÓBREGA, C. (Org.). **Mãe Senhora**: saudade e memória. Salvador: Corrupio, 2000.

SILVA, A. C. **A representação social do negro no livro didático**: o quem mudou? Por quem mudou? Salvador: EDUFBA, 2011.

SILVA, M. S. Mulheres de Axé: matrizes de afetividade e de empoderamento constantes. *In*: CORREIA, M. F. R. **Mulheres de Axé**. Salvador: Kawo Kabiyesile, 2013.

SILVA, V. Políticas de Ações Afirmativas na UNEB: Memórias de um acontecimento histórico. **Revista Universidade e Sociedade**, Brasília, v. 1, 2010.

SOUZA, N. S. **Tornar-se negro ou vicissitudes do negro brasileiro em ascensão social.** Rio de Janeiro: Edição Geral, 1983.

VIEIRA, C. A. **História das Mulheres:** feminismo e política na Bahia. Simões Filho: Kalango, 2015.

APÊNDICE A - ROTEIRO DE ENTREVISTA

Projeto: O Protagonismo das Mulheres Negras das Políticas de Ações Afirmativas no Brasil: Narrativas e Memórias de Ivete Alves Sacramento

Problema da Pesquisa: De que forma se deu o Protagonismo Negro da liderança Ivete Sacramento e quais impactos para as políticas públicas do Estado?

Apresentação: Este roteiro de entrevista servirá de instrumento de coleta de dados, realizada com a professora Ivete Sacramento. Visando também em pesquisas acerca da trajetória de mulheres negras e suas políticas públicas para a educação, buscando informações sobre todo percurso de mulheres que construíram o idealismo sobre Protagonismo negro que compreendemos hoje. Tendo em vista o problema social que se relaciona com a inserção das mulheres negras como protagonista da história da nossa sociedade.

Questões abordadas durante a entrevista:

- Inserção a na Educação – Caminhos Traçados;
- Liderança Política- Movimento Negro;
- Educação Superior – Como se tornou liderança;
- Implementação do Sistema de Cotas- UNEB;
- Atual trajetória – Secretaria da Reparação.

ANEXO A – ENTREVISTA COM IVETE SACRAMENTO

Foto tirada em 15 de junho de 2021, em Salvador Bahia, no dia da entrevista com Ivete Sacramento.

